



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 2/2024
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 23-02-2024**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 2 da Sessão Ordinária de 23-02-2024

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -23 de fevereiro de 2024-----

INICIO - Quinze horas e vinte e cinco minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira.....PS

1ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha.....PS

2ª SECRETÁRIA - Júlio César da Costa Loureiro.....Partido Socialista

MEMBROS - Rosa Maria da Costa ReisFAP

João Raul Henriques Sousa Moura PortugalPS

David Manuel Fajardo AzenhaFAP

Francisco Nuno Costa de Melo BiscaiaPS

Teotónio Paulo de Jesus CavacoPSD

Edgar José Pedrosa GonçalvesFAP

José Fernando Guedes CorreiaPS

José Augusto Fernandes MateusFAP

Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

Isabel Cristina Guerreiro Pimentel MaiaFAP

Célia Maria da Silva MoraesPS

Manuel Fernando Rascão MarquesPSD

Joaquim Francisco da Silva PereiraFAP

Isabel César PereiraPS

José António Borges LigeiroFAP

António José Mendes da Fonseca Marques AntunesPS

António Graça LapãoFAP

Paulo Jorge Martinho PintoPSD

Micaela Miranda DurãesFAP

Silvina da Silva Fonseca Anadio de QueirozCDU

Gonçalo Andrade de Oliveira.....FAP

Pedro Miguel da Silva Ribeiro JorgeBE

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves BatataPS

(Buarcos e São Julião) Rosa Maria Martins Ferreira BaptistaFAP

(Ferreira-a-Nova) Susana Maria Rodrigues Oliveira MonteiroPS



(Lavos)	José Coelho Henriques da SilvaPS
(Maiorca)	Rui Pedro Pinto FerreiraPS
(Marinha das Ondas)	José Alberto Jordão SuzanaPS
(Moinhos da Gândara)	Gilberto Fajardo OliveiraPSD
(Paião)	Graça Maria Carvalho de OliveiraFAP
(Quiaios)	Ricardo Manuel Rodrigues SantosPS
(São Pedro)	Jorge Aniceto Pimentel dos SantosPS
(Tavarede)	Fernando António Martins LopesPS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves AlemãoPS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

Mafalda Reis de Azevedo, José Manuel Cunha Carvão, José Alberto da Silva Carvalho e Adélia Maria Ramos Batata.-----

SUBSTITUIÇÕES

Mafalda Reis de Azevedo por Isabel César Pereira, José Manuel Cunha Carvão por António José Mendes da Fonseca Marques Antunes, José Alberto da Silva Carvalho por Graça Maria Carvalho de Oliveira e Adélia Maria Ramos Batata por Paulo Jorge Martinho Pinto.-----

FALTAS INJUSTIFICADAS

Victor Manuel dos Santos Madaleno, Clarisse da Silva Ferreira Oliveira e Paulo Henrique Nisa Mariano.-----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - COMUNICAÇÃO DE RENÚNCIA AO MANDATO DO DEPUTADO MUNICIPAL GONÇALO RAPOSEIRO FARIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Dá-se conhecimento a este plenário da renúncia ao mandato do deputado municipal Gonçalo Raposeiro Faria.-----

Como bem sabem, os eleitos locais gozam do direito de renunciar seu mandato, direito esse consagrado no art.º 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atualizada.-----

A renúncia ao mandato formaliza-se com a manifestação dessa vontade, por escrito, e a sua apresentação, no caso vertente, ao Presidente da Assembleia Municipal.--

O deputado municipal Gonçalo Raposeiro Faria será substituído pelo cidadão imediatamente a seguir na lista do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, o qual tomará posse já a seguir."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----



1.2 - TOMADA DE POSSE COMO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONÇALO ANDRADE DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "O candidato seguinte na lista do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Gonçalo Andrade de Oliveira, está hoje connosco para tomar posse como membro deste órgão, nos termos do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua última redação, substituindo Gonçalo Raposeiro Faria que renunciou ao mandato.-----

Vou, então, proceder à leitura do termo de posse, após o que o deputado municipal prestará o juramento legal, e assinará comigo e com o Primeiro Secretário o documento da posse, sendo-lhes entregue um dos exemplares.-----

Enquanto Presidente da Assembleia Municipal e em nome de todos os deputados municipais, queria agradecer ao deputado municipal Gonçalo Raposeiro Faria todo o trabalho prestado nesta Assembleia Municipal, e desejar que os seus projetos para o presente e para o futuro se materializem.-----

Ao deputado municipal Gonçalo Andrade de Oliveira dou as boas vindas à Assembleia Municipal e à sua nova atividade autárquica."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

1.3 APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2023

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco para aprovação a ata da sessão ordinária de 29 de setembro de 2023."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia, Victor Santos Madaleno e Clarisse Silva Oliveira, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por maioria, com trinta votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, sete abstenções dos membros do Partido Socialista, João Raul Portugal, António Marques Antunes e Jorge Aniceto Santos, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, David Fajardo Azenha e Graça Carvalho Oliveira, do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, e da Coligação Democrática Unitária, Silvina Anadio Queiroz, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2023.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ apresentou a seguinte declaração de voto: "A minha abstenção



prende-se com o facto de não ter estado presente nessa sessão.”-----

1.4 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

O **SEGUNDO SECRETÁRIO** deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

- Convites de algumas coletividades para aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar-----
- Convites do Presidente da Câmara para o (a):-----
 - Cerimónia de assinatura de um protocolo de parceria entre o Ministério da Justiça e o Município da Figueira da Foz, relativo à instalação de um Julgado de Paz no concelho da Figueira da Foz-----
 - Apresentação Pública da 1.ª Edição do Prémio Municipal de Arquitetura José Isaías Cardoso e do Livro «Um arquiteto, uma cidade: Isaías Cardoso na Figueira da Foz»
 - Cerimónia de entrega de prémios relativos ao concurso público de conceção simplificado para a zona da entrada da cidade-----
 - Cerimónia de Inauguração das Obras de Reabilitação e Consolidação do Mosteiro de Santa Maria de Seiça-----
 - Ciclo de Conversas sobre Mário Soares, no Auditório Madalena Azeredo Perdigão-
- Convites de:-----
 - Organização da «Figueira Champions/Casino Figueira» para um Jantar de Gala, no Casino Figueira-----
 - Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Figueira da Foz para um debate público entre os cabeças de lista de todos os partidos concorrentes às Eleições Legislativas de 10 de março, pelo distrito de Coimbra, sob o tema «Bombeiros Voluntários, que futuro no distrito de Coimbra e no País»-----
 - Organização da «Figueira Champions/Casino Figueira» para a Conferência de Imprensa «Figueira Champions/Casino Figueira 2024»-----
 - Representante da Organização do Ano Novo Chinês do Norte, Y Ping Chow, para as Comemoração dos 45 anos das Relações Diplomáticas Portugal-China e do encerramento das comemorações do Ano Novo Chinês, Ano do Dragão-----
 - Guarda Nacional Republicana para a Cerimónia Militar do Juramento de Bandeira do 54.º Curso de Formação de Guardas-----
 - APD - Associação Portuguesa de Deficientes da Figueira da Foz para um Torneio de homenagem a título póstumo a uma antiga atleta e dirigente da APD Figueira da Foz -Torneio Maria João-----
 - Freguesia de Buarcos e São Julião para um Sarau em Honra de São Julião, no



Auditório Madalena Biscaia Azeredo Perdigão (AMBAP), no Museu Municipal, apresentado pelo Grupo «A Força e a Magia da Palavra» - Grupo das Oficinas Sénior da Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião-----

- Comissão de Festas para as Festas em honra da Nossa Senhora da Boa Viagem----
- Atthis Senior Care para a inauguração das instalações de uma Estrutura Residencial para Idosos na Rua da Lapa-----
- Fundação Dionísio Pinheiro para o espetáculo «Ciclos de Lua Nova»-----
- Magenta para a inauguração da 10.ª edição da exposição «Perspetivas»-----
- Magenta para a inauguração de uma exposição de pintura de Luís Silva, inserida nas comemorações do 12.º aniversário da Liga dos Amigos do Hospital Distrital da Figueira da Foz-----
- Freguesia de Bom Sucesso para a inauguração da Exposição Itinerante pelas Juntas de Freguesia, promovida pela Assembleia Municipal no âmbito das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril-----
- Magenta para a inauguração da exposição coletiva intitulada «Brisas do Mondego #3», a ter lugar na Galeria Associação «Espaço Quadras Soltas», no Porto-----
- Associação Desportiva de Buarcos 2017 para a tomada de posse da nova Direção--
- Magenta para a inauguração da exposição dupla, das Artistas Adri Schreiner e Sofia Neto, intituladas «Playng the Game» e «Feminismo», com exibição de trabalhos de Pintura, Arte Digital e Ilustração-----
- Figueira Sabor a Mar para o seu Jantar de Aniversário, no Casino Figueira Salão Café-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

2 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao cidadão Uriel Silva Oliveira.-----

URIEL SILVA OLIVEIRA: "Há dois meses estive aqui a falar sobre este assunto, disseram-me que ia receber uma resposta por escrito e até hoje nada!-----
Trago aqui documentos a comprovar do inventário obrigatório que foi feito, dado haver dois menores e a Câmara Municipal tem já essas informações há muito tempo. Os prédios ainda hoje se encontram ao nome dos três filhos dos meus pais nas Finanças e na Conservatória. Fui levantar as certidões na quarta-feira.-----
Qual é a razão do senhor Manuel Alfredo Aguiar de Carvalho ter estado presente no local com as máquinas e os camiões para destruir aquilo que estava feito em cima da herança dos meus pais e ainda hoje lá se encontram.-----
Porquê? Foi uma caldeirada naquele dia na Rua dos Azevedos, 4. Depois vieram-se



embora!!!-----
Dado o trabalho não ter sido feito, eu peço mais uma vez que seja feito urgentemente para não haver problemas. Qual a razão por que construíram e constroem fora do terreno deles?-----
Conseguiram inscrever a casa na Conservatória e nas Finanças, mas o terreno não, porque este está registado ao nome dos três herdeiros dos meus pais. Tenho aqui as certidões a esclarecer que os terrenos se encontram ainda no nosso nome.-----
Eu peço que façam o trabalho que já devia ter sido feito, a saber, a limpeza do nosso terreno. Não é só as casas, mas também os terrenos para o lado dos Pelichos e do senhor Vitor Patrício que ocuparam 1.115 metros do nosso terreno.-----
Porque razão a Câmara Municipal passa um papel, do meu ponto de vista não é uma licença, mas um documento falso, para eles construírem. Aquilo foi feito aos bocados, num mês um bocado, passados dois ou três meses mais um bocado. Então, e o nosso terreno que está inscrito nas Finanças e na Conservatória?!-----
Em 1990, estive no Tribunal de Menores em Coimbra, na Av.ª Fernão de Magalhães, o Dr. Hélder Roque disse-me para ir numa terça ou quinta-feira ao Conselho Superior da Magistratura e para nunca perder estes documentos. Acrescentou que nem o Presidente da República podia fazer o que ali estava, mas a Câmara Municipal fez: passar um papel para construir em cima do terreno dos outros.-----
Peço, mais uma vez, para lá irem limpar o terreno.-----
Já, agora, gostaria de esclarecer mais um assunto que está a acontecer aqui na Câmara Municipal e já não é de agora.-----
Eu vim aqui requerer uma fotocópia que custava cinco euros e qualquer coisa. Quando vou para pagar pediram-me trinta euros e eu questionei o porquê dos trinta euros. Foi-me explicado que pagava vinte e cinco euros pelo pedido de fotocópia mais os cinco euros da cópia. Isto é uma vergonha!-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO PELA INAUGURAÇÃO DO MOSTEIRO DE SEIÇA - SUBSCRITA PELO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "O Partido Social Democrata congratula-se com a inauguração do Mosteiro de Seiça, ocorrido no dia 26 de janeiro último.-----

Desde sempre o Partido Social Democrata da Figueira Foz acompanhou, com muito interesse, o evoluir da situação deste monumento de valor inqualificável,



pertencente ao Município da Figueira da Foz e que se encontrava em ruínas, com risco de derrocada e de perda de todo o valor patrimonial e histórico que ele encerrava em si. Muitas vezes, em sede de Assembleia Municipal, foram realizadas intervenções recorrentes sobre esta matéria com argumentos de quem conhece o Mosteiro há longa data, tendo sido apresentadas inúmeras ideias e soluções para a sua classificação.

Mais ainda, na década de 90 a bancada do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal, iniciou um processo pesquisa e do historial do Mosteiro e da sua valorização junto de entidades e instituições que poderiam firmar um estatuto de maior relevo no panorama arquitetónico, histórico e patrimonial, a fim de deixar para as gerações vindouras um legado de valor inqualificável, que felizmente teve o seu feliz desfecho na sexta-feira, dia 26 de janeiro.-----

Desde a aquisição do Mosteiro a particulares, à sua classificação, ao acompanhamento técnico a que foi sendo votado pelos vários executivos, a candidatura a fundos europeus, a criação de um projeto de requalificação do edifício e da envolvente, a criação de trabalhos científicos que neste hiato de tempo foram sendo dados à estampa, tiveram sempre o mais interesse, a presença e votos favoráveis da nossa bancada.-----

O tempo passou, mas não consideramos em vão todo este percurso.-----
Existiram esforços concretos e foram geradas todas as sinergias possíveis para que o Mosteiro saísse luz à do dia, novamente belo e projetando-se para o futuro como uma marca cultural da nossa cidade e região.-----

Que este dia seja só o início de muitas visitas a Seiça e ao nosso Concelho, tendo como motivo condutor este belo Mosteiro centenar, implantado em terras de Seiça, da freguesia do Paião.-----

Sentimos que este Mosteiro nos pertence a todos. As pessoas que acorreram a Seiça no dia da sua inauguração e nos dias imediatamente a seguir, sentiram que algo de muito importante tinha sido realizado e que ali estava uma joia patrimonial, que é preciso a partir de agora, preservar, cuidar, animar e fruir.-----

Porque estivemos sempre atentos e bastante expectantes sobre o processo de requalificação do Mosteiro de Seiça, deixamos de forma inequívoca, uma saudação de parabéns pela obra final que nos foi apresentada e desejamos continuar atentos e a velar cuidadosamente pelo estado desta bela obra de arte nos anos que se seguem."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.



SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Não queria usar o adjetivo deplorável, mas é o único que neste momento me ocorre, que neste assunto que tanto nos diz não haja uma palavra de agradecimento à Associação dos Amigos de Santa Maria de Seíça!-----
E isto serve também para a outra Moção que versa sobre o mesmo assunto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Victor Santos Madaleno e Clarisse Silva Oliveira, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata, e Bloco de Esquerda, uma abstenção do membro da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar a Moção de Congratulação pela Inauguração do Mosteiro de Seíça, subscrita pelo Partido Social Democrata.-----
Deliberação aprovada em minuta.-----

B - VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELO ÊXITO DA 2.ª EDIÇÃO DA CLÁSSICA FIGUEIRA CHAMPIONS/CASINO DA FIGUEIRA - APRESENTADO PELO GRUPO DE CIDADÃOS ELEITORES FIGUEIRA A PRIMEIRA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal António Graça Lapão.

ANTÓNIO GRAÇA LAPÃO: "O Movimento Cívico Independente Figueira a Primeira apresenta um voto de congratulação pelo êxito da 2.ª edição da clássica Figueira Champions/Casino da Figueira, considerado o melhor evento desportivo realizado no Concelho da Figueira da Foz.-----

Após o êxito alcançado na 1.ª edição, a União Ciclista Internacional promoveu a prova clássica internacional na modalidade de ciclismo «Figueira Champions/Casino da Figueira» tendo em conta a qualidade da organização da 1.ª edição, a qual, passou de uma clássica 1.1 para Pro Series, sendo a primeira prova a nível mundial que após a 1.ª edição sobe de escalão.-----

Trata-se de um reconhecimento da União Ciclista Internacional que coloca a Figueira da Foz no panorama do ciclismo internacional proporcionando ao público em geral, um espetáculo de excelente nível e de grande emotividade, vivenciando o desempenho das melhores equipas do World Tour e Pro Team, que constam no ranking mundial por equipas.-----



A realização da «Figueira Champions/Casino da Figueira» colocou a Figueira da Foz em destaque no roteiro das grandes competições de ciclismo através da cobertura mediática nacional e internacional mostrando ao mundo as grandes potencialidades da cidade e da região.-----

Promoveu a marca «Figueira» além fronteiras através de transmissões televisivas, na Eurosport e SportTV, levando as magníficas imagens do Concelho da Figueira da Foz para todo o mundo, através de spots publicitários emitidos em horário nobre, sendo a 1.ª edição visionada por cerca de 29 milhões de pessoas, o que fez aumentar o número de participantes e visitantes amantes do ciclismo nesta 2.ª edição.----

Nesta clássica participaram 10 equipas World Tour, 4 continental Pro e 9 Continental, sendo considerada por jornalistas especialistas em ciclismo e referenciada na imprensa mundial como uma das melhores clássicas do mundo, e com grande destaque no prestigiado jornal desportivo francês L'Équipe.-----

Estiveram representadas as melhores equipas mundiais - UAE-Team Emirates, Intermarché, Lidl-Trek, Alpacin, EF-Education, Movistar, DSM Astana e Soudal Quick-Step, com a presença do belga Remco Evenepoel e outros nomes sonantes do ciclismo mundial.-----

De realçar, também, a prova de Grafondo - Figueira Champions Day, como um dos maiores eventos de ciclismo realizados em Portugal, onde estiveram presentes cerca de 1.300 atletas de várias nacionalidades.-----

Estes dois eventos de classe mundial «Figueira Champions/Casino da Figueira» e o Grafondo - Figueira Champions Day, são eventos que projetam o Concelho para um patamar diferenciado a nível turístico, com o consequente retorno económico e financeiro na economia local.-----

Mais uma vez, toda a comunidade se uniu para que este evento fosse possível, pelo que, queremos deixar um agradecimento muito especial aos promotores desta 2.ª edição: Câmara Municipal da Figueira da Foz, Casino da Figueira, Clube Fullracing, patrocinadores, Forças de Segurança, Polícia de Segurança Pública/Guarda Nacional Republicana, aos funcionários da Autarquia, às Freguesias e todos os voluntários que contribuíram para que a 2.ª edição da «Figueira Champions/Casino da Figueira» e o Grafondo - Figueira Champions Day se tornasse um êxito.-----

Pelo exposto, o grupo de cidadãos eleitos do Movimento Cívico Independente Figueira a Primeira apresenta este Voto de Congratulação à Assembleia Municipal da Figueira da Foz, reunida a 23 de fevereiro de 2024, tendo em vista deliberar congratular-se com o êxito da 2.ª edição da «Figueira Champions/Casino da Figueira» e do



Grafondo - Figueira Champions Day, propondo que este Voto de Congratulação seja enviado à Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Casino da Figueira e Clube Fullracing.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Victor Santos Madaleno e Clarisse Silva Oliveira, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Congratulação pelo êxito da prova velocipédica «Figueira Champions Classic/Casino Figueira», subscrito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira.-----

Mais deliberou que o Voto de Congratulação fosse enviado à Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Casino da Figueira e Clube Fullracing, que colaboraram no evento. - Deliberação aprovada em minuta.-----

C - MOÇÃO SOBRE O MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA - SUBSCRITA PELO GRUPO DE CIDADÃOS ELEITORES FIGUEIRA A PRIMEIRA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Edgar Pedrosa Gonçalves.-----

EDGAR PEDROSA GONÇALVES: “O Movimento Figueira A Primeira, desde a primeira hora desenvolveu grande interesse pela resolução da situação do Mosteiro de Santa Maria de Seiça, seguindo a visão do seu fundador, Dr. Pedro Santana Lopes que em 1991, na qualidade de Secretário de Estado da Cultura, inicia o processo de classificação como Monumento Nacional.-----

Na qualidade de Presidente da Câmara da Figueira da Foz, dez anos mais tarde, inicia o processo de aquisição do edifício, com o objetivo de o colocar na esfera pública, perspetivando a sua tão necessária e merecida recuperação.-----

Volvidos trinta e três anos, e já no seu segundo mandato como Presidente da Câmara da Figueira da Foz, consigna a obra, e lidera a sua execução de forma excecional. A 26 de janeiro de 2024, na presença do Sr. Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, inaugura as tão esperadas obras de recuperação do Mosteiro de Santa Maria de Seiça.-----

Se há um momento de justiça na política e na vida pública, este terá sido um dos exemplos contemporâneos que podemos apresentar, o Dr. Santana Lopes, foi o



Presidente da Câmara certo, na inauguração certa, foi ele que desde a primeira hora, tomou a dianteira deste processo que todos desejávamos ver terminado.-----
Muito se falou e discutiu, em torno desta matéria nas últimas décadas, contudo, devemos uma saudação pelas ações dos Presidentes de Câmara, Eng. Duarte Silva e do Dr. João Ataíde que contribuíram ativamente para que fosse possível inaugurar o Mosteiro em 2024.-----

O Mosteiro de Santa Maria de Seiça é uma parte integrante da história e da identidade cultural da nossa região que nos foi devolvida, a sua importância vai além das suas paredes, e continuará a influenciar a vida e a cultura das futuras gerações."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "O Partido Socialista não pode votar favoravelmente esta Moção e vamos explicar as razões.-----

Desde logo, quando dizem que o Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira desenvolveu desde a primeira hora grande interesse pelo Mosteiro de Seiça, quando já estava praticamente resolvido o problema do Mosteiro de Seiça ainda o Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira não existia. Tem dois anos e meio e este dossier já vem do mandato do Partido Socialista.-----

Em segundo lugar, esquecem-se de alguns pormenores importantes, tentam reescrever esta história de uma forma que interessa à Figueira a Primeira e esquecem-se do passado.-----

Em primeiro lugar e bem, citam que em 1991 este processo de classificação de monumento nacional foi iniciado pelo Secretário de Estado da Cultura, Dr. Pedro Santana Lopes, mas esqueceram-se que, entretanto, ele foi Primeiro-Ministro, liderou o Governo e não resolveu aquilo que iniciou em 1991. Acabou por ser o Governo do Partido Socialista a reclassificar este monumento como monumento nacional.-----

Ponto número dois - é engraçado que fale de justiça na política e na vida pública!!! Se há algo que esta Moção não tem, é justiça! Faz uma breve citação ao Eng.º Duarte Silva e ao Dr. João Ataíde, esquecendo-se que foi o Dr. João Ataíde que reiniciou este processo de reconstrução do Mosteiro de Seiça pedindo a sua reclassificação como monumento nacional, que veio a acontecer já no mandato do Dr. Carlos Monteiro. É lamentável e vergonhoso que nem uma palavra exista neste documento sobre o Dr. Carlos Monteiro!-----

Fala na questão da sua classificação pela Direção-Geral da Cultura, não há uma



única palavra a quem lançou e adjudicou a obra e apenas uma referência ao Dr. Santana Lopes que lançou o auto de consignação...-----
Obviamente que depois da obra lançada e adjudicada é fácil criar os filhos dos outros, mas também tem o seu mérito.-----
Nem faria esta crítica, se obviamente não se referissem ao Dr. Carlos Monteiro e fizessem uma breve citação ao Dr. João Ataíde que aqui consta, mas é muito, muito pequena.-----
E também, já agora, para sermos corretos - se querem escrever isto como foi, não há uma citação ao Governo do Partido Socialista e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro que deram 2,2 milhões de euros para esta obra, sem os quais nunca teria sido possível ir para a frente com a mesma.-----
Portanto, eu até admito que se esqueçam de colocar que o Secretário de Estado Santana Lopes foi quem lançou a classificação do monumento que, entretanto, foi Primeiro-Ministro e não resolveu a situação, mas, no mínimo, para que o grupo municipal do Partido Socialista vote favoravelmente esta Moção tem de se incluir nela uma citação ao Dr. Carlos Monteiro, a quem lançou e adjudicou a obra e que, obviamente, só coube a outros a sua consignação.-----
Se não houver um redigir desta Moção, o grupo municipal do Partido Socialista votará contra."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Pedro Miguel Jorge.

PEDRO MIGUEL JORGE: "O Bloco de Esquerda vai-se abster na votação deste documento que parece um Voto de Congratulação, mas não se percebe bem a quê ou a quem.----
Fiquei na dúvida se o tom de saudação que, faça-se justiça, até se percebe no texto, é à recuperação do Mosteiro de Seiça ou ao trabalho desenvolvido pelo Presidente da Câmara, embora me pareça mais a segunda hipótese.-----
O grupo municipal do Bloco de Esquerda aplaude o trabalho desenvolvido no Mosteiro de Seiça pelo Presidente da Câmara Municipal Pedro Santana Lopes, a quem endereça os seus parabéns publicamente pelo excelente trabalho realizado no Mosteiro, que assim preserva o nosso legado histórico e o sentido comum da nossa vivência enquanto comunidade.-----
Estive presente na cerimónia e vi bem a emoção sentida por todos, especialmente pela população local que estava imensamente feliz por ter chegado aquele dia. E isso é inestimável!-----
Este texto é algo diferente, com pouco cuidado e que nos deixa na dúvida sobre exatamente o quê ou a quem se pretende congratular e como tal abstenho-me."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Rosa Costa Reis.----

ROSA COSTA REIS: "Só queria fazer um pequeno reparo ao deputado municipal João Raul Portugal. Já há muito tempo que não ouvíamos a sua voz e gosto porque fica no nosso ouvido, sobretudo, o contínuo falar do Dr. Carlos Monteiro.-----

Claro que nós sabemos que o Dr. Carlos Monteiro foi Presidente da Câmara e continuou a obra do Dr. João Ataíde, e este está, e muito bem, mencionado no documento.---

Se quiséssemos falar de todos aqueles que intervieram neste processo, iríamos fazer aqui uma moção de horas e horas e horas a ler, desde os fundadores na época de D. Afonso Henriques até agora, a quem descerrou a lápide da recuperação das obras e do Mosteiro de Seiça.-----

Ou seja, o que interessa é lembrar, ter consciência política e dar valor, claro que a todos.-----

Nós estamos aqui, falamos, concordamos e estamos presentes. O deputado municipal João Raul Portugal esteve presente na Sessão de Inauguração? Não o vi. Foi pena!"

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Senhora deputada municipal Rosa Costa Reis, acredito que esteja habituada a ser professora e a marcar faltas aos alunos, mas aqui quem marca as faltas é o Presidente da Assembleia Municipal. Eu não pude estar presente por razões profissionais.-----

Relativamente a ouvir a minha voz, se tem saudades minhas eu prometo que virei mais vezes. Fica prometido.-----

Mas, falou várias vezes em consciência. Consciência foi o que não tiveram. Vocês excluíram propositadamente o Dr. Carlos Monteiro desta Moção e colocaram aqui o nome do Dr. João Ataíde exatamente para criar um argumento para que nós votássemos favoravelmente.-----

A história para ser escrita teve vários momentos. Começou exatamente com o Dr. Pedro Santana Lopes como está na Moção, está correto. Agora, quem lançou e adjudicou a obra não merece estar nesta Moção?!-----

É uma falta de respeito para alguém que foi Presidente de Câmara, quer a senhora goste ou não goste.-----

Portanto, nós nunca, em momento algum, votaremos uma Moção que não tenha a história escrita como ela foi.-----

Eu sei que vos custa que o Partido Socialista tenha de ajudar a resolver este problema, mas nós ficamos muito felizes pela obra ter sido inaugurada mesmo pelo Dr. Pedro Santana Lopes."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Rosa Costa Reis.----

ROSA COSTA REIS: "Eu sou professora com muita honra e só marco falta quando os alunos realmente não estão presentes, mas espero sempre que eles justifiquem as faltas, porque só assim é que eles são ilibados da falta.-----

Eu não sei porque é que o senhor é tão veemente em dizer que foi com vontade expressa que nós não nomeámos o nome do Dr. Carlos Monteiro.-----

O deputado municipal João Raul Portugal não fez este documento, não está dentro do nosso cérebro, penso que a inteligência artificial ainda não permite entrar no cérebro das pessoas, quem sabe, um dia destes isso será possível e então teremos problemas muito mais acrescidos, mas tudo bem.-----

Esta Moção foi feita por pessoas que gostavam de Santa Maria de Seíça e, sobretudo, que gostam da memória das pessoas e da Figueira da Foz. Se é A, B ou C, todos têm o seu valor e todos serão valorizados e isto é uma forma de valorizar. O Dr. Carlos Monteiro não está, está o Dr. João Ataíde que foi o mentor."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Em primeiro lugar, não tenho de justificar faltas a inaugurações de obras, não há lista de presenças.-----

Relativamente à questão de estar aqui citado o Dr. João Ataíde e, por isso, não ser preciso citar o Dr. Carlos Monteiro, também está aqui o Eng.º Duarte Silva e também a pessoa do Dr. Pedro Santana Lopes. Isso é uma falta de argumentos! Estão aqui todos aqueles que deram o seu contributo para o Mosteiro de Seíça, independentemente de terem feito muito ou pouco e de nós termos gostado muito ou pouco.-----

Mas, o Dr. Carlos Monteiro teve um papel preponderante para a inauguração daquela obra de que a senhora se congratula, bem como todos nós. Portanto, não querendo colocar o nome do Dr. Carlos Monteiro neste documento, o nosso voto é contra e não temos mais nada a dizer!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Rosa Costa Reis.----

ROSA COSTA REIS: "O grupo municipal do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira irá reformular o documento, colocaremos o nome do Dr. Carlos Monteiro, mas é pena que o Partido Socialista não tenha apresentado uma Moção falando do Dr. Carlos Monteiro e citando-o apenas a ele.-----

Deputado municipal João Raul Portugal, não me venha cá com histórias, porque, por acaso, eu sou professora de História e posso contar-lhe as histórias que quiser."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.



JOÃO RAUL PORTUGAL: "Pode contar as histórias que quiser, mas esta do Mosteiro de Seiça eu dispenso.-----"

O Partido Socialista nunca faria uma Moção só com o nome do Dr. Carlos Monteiro, porque a história não é só com ele, é com pelo menos mais três Presidentes de Câmara."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

D - MOÇÃO REFORMULADA SOBRE O MOSTEIRO DE SANTA MARIA DE SEIÇA - SUBSCRITA PELO GRUPO DE CIDADÃOS ELEITORES FIGUEIRA A PRIMEIRA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Rosa Costa Reis.----

ROSA COSTA REIS: "O Movimento Figueira A Primeira, desde a primeira hora desenvolveu grande interesse pela resolução da situação do Mosteiro de Santa Maria de Seiça, seguindo a visão do seu fundador, Dr. Pedro Santana Lopes que em 1991, na qualidade de Secretário de Estado da Cultura, inicia o processo de classificação como Monumento Nacional.-----"

Na qualidade de Presidente da Câmara da Figueira da Foz, dez anos mais tarde, inicia o processo de aquisição do edifício, com o objetivo de o colocar na esfera pública, perspetivando a sua tão necessária e merecida recuperação.-----

Volvidos trinta e três anos, e já no seu segundo mandato como Presidente da Câmara da Figueira da Foz, consigna a obra, e lidera a sua execução de forma excecional. A 26 de janeiro de 2024, na presença do Sr. Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, inaugura as tão esperadas obras de recuperação do Mosteiro de Santa Maria de Seiça.-----

Se há um momento de justiça na política e na vida pública, este terá sido um dos exemplos contemporâneos que podemos apresentar, o Dr. Santana Lopes, foi o Presidente da Câmara certo, na inauguração certa, foi ele que desde a primeira hora, tomou a dianteira deste processo que todos desejávamos ver terminado.-----

Muito se falou e discutiu em torno desta matéria nas últimas décadas, contudo, devemos uma saudação pelas ações dos Presidentes de Câmara, Eng. Duarte Silva, Dr. João Ataíde e Dr. Carlos Monteiro que contribuíram ativamente para que fosse possível inaugurar o Mosteiro em 2024.-----

O Mosteiro de Santa Maria de Seiça é uma parte integrante da história e da identidade cultural da nossa região que nos foi devolvida, a sua importância vai além das suas paredes, e continuará a influenciar a vida e a cultura das futuras gerações."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado



municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Victor Santos Madaleno e Clarisse Silva Oliveira, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou, por maioria, com trinta e três votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, e do Partido Social Democrata, Gilberto Fajardo Oliveira, duas abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, e três votos contra dos restantes membros do Partido Social Democrata, aprovar a Moção reformulada sobre o Mosteiro de Santa Maria de Seiça, subscrita pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

MANUEL RASCÃO MARQUES fez a seguinte Declaração de Voto: "Nós vínhamos para esta Assembleia com o intuito de votar favoravelmente esta Moção, mas com esta alteração não podemos votar favoravelmente."-----

E - VOTO DE CONGRATULAÇÃO PELA ASSINATURA DOS ACORDOS DE COLABORAÇÃO ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA, INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA E O MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Rosa Costa Reis.----

ROSA COSTA REIS: "O Grupo de Cidadãos Eleitores da Figueira a Primeira apresenta um voto de congratulação pela assinatura dos acordos de colaboração entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e o Município da Figueira da Foz.-----

Está a fazer um ano que foi por este Grupo de Cidadãos Eleitores realçado, em sede desta Assembleia Municipal, o facto da aprovação das candidaturas apresentadas no âmbito do programa de apoio ao acesso à habitação.-----

Com esta assinatura será exequível a reabilitação de edifícios como os antigos prédios do Ministério da Defesa Nacional, na Avenida Joaquim de Carvalho (24 fogos), edifício da Rua José Silva Fonseca (5 fogos).-----

Criar habitação a custos acessíveis é colmatar necessidades primárias no nosso Concelho, um dos pontos essenciais e basilares do programa projeto deste executivo, realçando o empenhamento da Vereadora Olga Pedrosa Brás na sua execução.-----

Pelo exposto, apresenta-se este voto na pessoa do Presidente da Câmara, Dr. Pedro



Santana Lopes."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F - INSEGURANÇA EM BRENHA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Célia Silva Morais.-

CÉLIA SILVA MORAIS: "Como já foi dito aqui, a Assembleia Municipal fez-se representar no passado domingo na comemoração do 92.º Aniversário do Clube União Brenhense."-----

As nossas coletividades, todas sem exceção, merecem de nós o mais elevado agradecimento pela dedicação às comunidades nas mais diversas formas: educativa, artística, desportiva, social, cultural, entre outras."-----

Todas promovem a união com a população e todas quebram o isolamento social a que muitos estão obrigados. Mas nem todas têm o direito de continuar a distribuir esse valor."-----

Em Brenha, nas coletividades e no caso concreto do Clube União Brenhense, o desenvolvimento das suas atividades corre à porta fechada para proteção de bens e, em particular, pela segurança das pessoas."-----

O património arquitetónico, cultural, desportivo e individual tem vindo a ser vedado ao cidadão em geral, há uma necessidade crescente de fechar portas para garantir que o bem até aqui adquirido não seja destruído."-----

A população de Brenha tem sentido medo, esconde-se, o comércio existente fecha antes do tempo previsto, a circulação nas ruas reduz-se ao mínimo possível, quando se faz procura-se companhia para evitar circular isoladamente, as pessoas vêm o valor imobiliário a reduzir e a procura a baixar de interesse, o convívio nos cafés existe até ao pôr do sol, depois disso é um risco."-----

População que se esconde, comércio que fecha, coletividades que têm de baixar o pano não atraem interesse, quem não é visto desaparece."-----

A comunidade pede segurança e relata episódios de violência, ameaças e intimidações por vezes com armas de fogo, ataques às propriedades, falta de patrulhamento policial e quando ele existe é antecipadamente anunciado para evitar descalabro, diz-se. A população lastima o crescimento descontrolado do vandalismo e sente-se incapaz de retomar a ocupação do seu próprio espaço."-----

Temos hoje uma população mais envelhecida que carece de mais respostas, as respostas em Brenha até existem e as pessoas não as podem usar porque têm medo.-

O medo impede o desenvolvimento."-----

Os dados oficiais demonstram que, no Concelho da Figueira da Foz, a criminalidade



tem vindo a aumentar, os reportes destes dados são, ainda assim, apenas os que as entidades oficiais registam, têm o défice da ausência de reporte por parte da própria população, população essa que é intimidada a calar-se, a isolar-se e ver-se reduzida na autonomia e liberdade.-----

A população reporta a origem desta situação a grupos específicos que procuram confronto e solidificam o domínio do lugar. Brenha não se pode ver resignada a desistir, Brenha tem um passado de orgulho, tem um presente a salvaguardar e um futuro para construir.-----

Agradeço ao Senhor Presidente, que teve oportunidade de ouvir como eu o estado daquela gente, que informe se já tomou alguma diligência no sentido de avaliar esta condição e se já encetou diálogo com as entidades competentes, porventura até no âmbito do projeto de policiamento de proximidade, que não se pode restringir às praias na época balnear. Se não, quando pensa fazê-lo?-----

Urge um compromisso com a população que quer ver cumprido o seu direito constitucional: Todos têm direito à liberdade e à segurança (e ninguém pode ser total ou parcialmente privado da liberdade, a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de ato punido por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança), conforme artigo 27.º da Constituição da República Portuguesa."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

G - OBRAS NA FREGUESIA DE FERREIRA-A-NOVA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Susana Oliveira Monteiro.-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: "Queria fazer aqui uma pequena referência às Moções que hoje aqui foram apresentadas.-----

Moções e votos de congratulação são ótimos incentivos e haja motivos para virem mais a estas assembleias.-----

Gostaria que o meu ou qualquer outro grupo municipal também pudessem trazer votos de congratulação, nomeadamente, pela construção de um espaço onde as cerca de 150 crianças da Escola Básica do 1.º Ciclo de Santana pudessem brincar em dias de chuva, ao invés de ficarem fechadas nas salas ou restritas a um espaço impossível de utilizar nesses mesmos dias de chuva por não ser funcional.-----

Ou, talvez, pelas obras no Centro de Saúde de Santana que, por falta de vontades e condições, uns dias está fechado, outros dias está a meio funcionamento e encaminham os utentes para a Unidade de Saúde de Alhadas onde chegam e lhes dizem



que não podem tratar daquele assunto e os reencaminham para Santana numa tentativa de levar os utentes à exaustão e obrigá-los a mudar os processos definitivamente para Alhadas. E isto numa zona completamente envelhecida e com uma rede de transportes deficitária!!!-----

Ou, quem sabe, pelas obras de pavimentação na Freguesia, em que duas pavimentações referentes a 2022, num total aproximado de 600 metros, foram executadas em 2023 e as de 2023 que no final do ano estariam em fase de concurso ou em fase de adjudicação, afinal, ainda estão em fase de projeto.-----

Em relação à ata colocada a votação hoje, referente à Assembleia Municipal de setembro de 2023, também gostaria de aqui deixar uma palavra.-----

Nessa sessão, uma deputada do Partido Social Democrata fez uma intervenção sobre a falta de obras nas freguesias rurais. Não estando na sala no momento, não fiz a devida intervenção.-----

Assim, queria dizer ao senhor Presidente da Câmara quando questiona a deputada se vive no Concelho, eu informo que não só mora no Concelho como reside na Freguesia de Ferreira-a-Nova e partilho as preocupações da mesma, e estas são pertinentes. E quando questiona, porque não pergunta a deputada ao Presidente de Junta, devia o senhor Presidente da Câmara perguntar aos Presidentes de Junta, ouvi-los e sentir as suas preocupações.-----

Assinalo, ainda, a sua intervenção de que haveria o valor de 15 milhões de euros de obras para as Freguesias. Então, seria melhor explicar estes valores dado que, desde o início do mandato deste executivo, temos a assinalar em termos de apoios à Freguesia de Ferreira-a-Nova 10.000 euros para a aquisição de uma viatura e os respetivos 600 metros de via feitos em dois anos.-----

E se há dúvidas que temos pedido mais, temos. Há registo deles e da falta de resposta aos mesmos.-----

Estes são alguns exemplos das nossas dores, que gostaríamos de ver resolvidas nas Freguesias que têm urgência, em ver solucionados de forma célere os seus problemas, pois somos confrontados diariamente com a interpelação por parte da população relativamente aos mesmos e, na grande maioria dos casos não temos qualquer tipo de resposta para dar, acabando por transmitir uma imagem negativa dos eleitos locais das Freguesias e da Câmara Municipal.-----

No entanto, só conseguiremos atingir estes objetivos se existir uma maior capacidade de diálogo por parte da Câmara Municipal para que, em conjunto, possamos encontrar soluções para atingir o objetivo comum - servir o melhor possível as



nossas populações.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Manuel Fernandes Domingues, com a prévia anuência da Vice-Presidente da Câmara.-----

VEREADOR MANUEL FERNANDES DOMINGUES: “Em relação à intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova, eu gostava de dizer que, efetivamente, tem havido algum atraso naquilo que está comprometido com Ferreira-a-Nova, mas será feito.”-----

Mas, também gostava de dizer à Presidente de Junta e a todos os que estão aqui que duas das principais obras foram feitas, digamos, na zona de influência da sua freguesia. Foram para complementar e terminar aquilo que o seu partido não fez, porque deixou as vias com o piso bom, sim senhor, no limite da Freguesia. E não é assim que se deve fazer.”-----

Há um corredor e ele deve ser todo feito e a Presidente de Junta sabe que no confronto da sua Freguesia com a Freguesia de Moinhos da Gândara o alcatrão só chegou à entrada de Moínhos da Gândara. E não foi só numa via, foi em duas! E este executivo a primeira coisa que fez foi reparar esse erro, repondo esses dois tapetes.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Susana Oliveira Monteiro.-----

SUSANA OLIVEIRA MONTEIRO: “Também há de compreender que as obras que foram feitas, nomeadamente na Freguesia de Moinhos da Gândara, terão sido negociadas entre o Presidente da Junta de Freguesia de Moinhos da Gândara e o anterior executivo.-- Ou seja, ninguém questionou a Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova se achava bem ou não aquelas obras.”-----

De facto, eu também não achei correto e na altura houve uma outra obra que foi também partilhada entre Ferreira-a-Nova e Moinhos da Gândara, e essa sim, já numa fase posterior, foi devidamente acautelada.”-----

Isto foi ainda no anterior mandato, contudo, eu já tive oportunidade de entregar ao Vereador as pavimentações feitas nos dois anteriores mandatos e as pavimentações feitas neste mandato. Portanto, se quisermos fazer aqui alguma comparação estou novamente aberta ao diálogo.”-----

Lamento, mais uma vez, é que as pavimentações de 2022, 600 metros de via, foram apenas executadas em 2023, as pavimentações de 2023 não tenham sido feitas em 2023 e tenho algumas dúvidas se serão feitas em 2024. Eu espero bem que sim! Estamos a dar esse voto de confiança a este executivo!”-----



Tal é o voto de confiança que só ao fim de dois anos é que comecei a dizer alguma coisa nesta Assembleia, porque tenho expectativas de que, de facto, os nossos interesses vão de encontro aos interesses do Município e as obras sejam feitas e os interesses da população sejam realizados.-----

Agora, se não forem, não tenho outra a solução a não ser, de facto, manifestá-lo nesta Assembleia.-----

Em relação ao restante, também é do vosso conhecimento - o único apoio financeiro concedido à Freguesia de Ferreira-a-Nova foi de 10.000 euros para a aquisição de uma viatura.-----

Porque no ano passado, nós alertámos para a necessidade de obras na Piscina Municipal da Ferreira-a-Nova que, não desprestigiando os meus colegas com piscinas do mesmo género, são umas piscinas que, se calhar, são as que têm mais população a frequentá-las durante o Verão por comparação às outras Freguesias.-----

Fazemos um esforço enorme para a manter com boas condições. De facto, acusa já o poder do passar dos anos. São 20 anos de utilização e de alguns problemas estruturais e aquilo que nos prometeram o ano passado foram 10.000 euros para as obras. Não daria sequer para metade da obra, que já estará orçamentada, creio eu, em cerca de 40.000 euros.-----

E nós temos tido alguma paciência e compreensão. Agora, se não vemos apoio da parte do Município, não podemos fazer nada e temos de começar a falar sobre isto. Como eu dizia na minha intervenção, são dores que temos, tenho eu e têm, se calhar, outros Presidentes de Junta. Às vezes, por algum receio não as vamos manifestando todos os dias, mas ao fim de dois anos, temos de começar a fazê-lo senão corremos o risco de se esperarmos mais um ano já possa ser tarde de mais."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco.

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Na ausência do Presidente da Câmara, eu penso que deveria ser informado esta Assembleia Municipal se ele ainda chegará ou se delegou em algum dos Vereadores as suas competências, porque senão nós estamos a dirigir a palavra ao Presidente da Câmara e ele não está presente."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Não estando o Presidente da Câmara assume a Vice-Presidente nos termos da lei."-----

H - CENTRO DE SAÚDE EM VILA VERDE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira.-----



GONÇALO ANDRADE OLIVEIRA: "O Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira lamenta a forma como se tem tentado fazer política, nomeadamente em Vila Verde, onde o Presidente da Junta de Freguesia, eleito pelo Partido Socialista, tentou organizar uma revolução civil colocando os seus fregueses contra o executivo da Câmara Municipal.-----

Este tipo de manipulação não dignifica a atividade política e é preciso frontalidade e democracia.-----

O problema da Saúde é uma questão nacional. O estado do Serviço Nacional de Saúde tem-se vindo a agravar. A falta de médicos e enfermeiros é única e exclusivamente responsabilidade do poder central.-----

Será que a falta de médicos, por exemplo, no Centro de Saúde de Algueirão, Mem Martins, ou em Figueira de Castelo Rodrigo também é culpa do atual executivo da Câmara Municipal da Figueira da Foz?!!!-----

O Presidente da Câmara, Dr. Pedro Santana Lopes, e a Vereadora Olga Pedrosa Brás, tudo têm feito para minimizar a falta de médicos no nosso Concelho, inclusive lançando o Programa Mais Saúde que tem como destinatários pessoas com idade igual ou superior a 66 anos, residentes no Município da Figueira da Foz há um ou mais anos, com consultas telefónicas ou vídeo-consultas de Medicina Geral e Familiar de atendimento permanente, 24 horas por dia, 365 dias por ano.-----

Consultas de Medicina Geral e Familiar ao domicílio, sempre que o médico assim o determine após consulta telefónica ou vídeo-consulta realizada. Serviço de transporte em ambulância quando o médico assim o determine, prescrição eletrónica e medicação.-----

O papel da Junta de Freguesia deve ser auxiliar a população. É para isso que foram eleitos e, se calhar, deviam promover este Programa auxiliando os mais idosos e infra excluídos a realizar a inscrição no mesmo.-----

Assim, estarão a honrar o mandato para o qual foram eleitos e aprendam a ser corretos, atuem com base na honestidade política e social."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "De facto, a terminar o mandato ouvir estas alegações, é qualquer coisa que eu nunca pensaria ouvir!!!-----

Deixa-me um pouco triste porque acho que a democracia não é bem isto, mas, enfim... Quanto ao Centro de Saúde de Vila Verde, quando é alegado aqui que o Presidente de Junta tentou fazer um levantamento popular, eu quero dizer a toda a esta



Assembleia que me está a ouvir, que nunca, nem nas reuniões do executivo da Junta de Freguesia, nem em parte nenhuma, nem na comunicação social, foi alguma vez dito ou escrito que se pretendia fazer uma manifestação. Esta é verdade!-----

Agora, meus senhores, então o Presidente de Junta não deve solicitar apoio à Câmara Municipal, não só por uma questão de hierarquia? Mas, nós Presidentes de Junta vamos pedir o apoio a quem? -----

É à Câmara Municipal que temos de pedir apoio e se esta não tem capacidade deve também diligenciar para nos apoiar e fazer aquilo que é o seu papel.-----

Os Presidentes de Junta não têm assessores nem secretários. Nós somos nós, só nós! E o Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde pediu ao Presidente da Câmara para que ele próprio pudesse fazer uma sessão de esclarecimentos sobre o Centro de Saúde de Vila Verde.-----

E porquê? Porque o Presidente de Câmara na sua campanha eleitoral, nas televisões conforme todos ouvimos, foi o primeiro a dizer que em termos de saúde, o Centro de Saúde de Vila Verde com ele não estaria encerrado nem mais um dia. Não fui eu que o disse, foi o Presidente da Câmara.-----

Portanto, se alguém aqui não cumpriu a sua missão ao dizer isto, foi o Presidente de Câmara que faltou à verdade e não o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde.-----

Aquilo que o Presidente de Junta de Freguesia de Vila Verde fez, numa reunião do executivo com público presente que se foi manifestar sobre os problemas no Centro de Saúde, foi contar aos presentes que tinha pedido ao Presidente da Câmara para fazer um esclarecimento à população de Vila Verde sobre o Centro de Saúde, sobre o qual não tivera qualquer resposta.-----

Então, pedi aos presentes se me poderiam acompanhar à Câmara Municipal para solicitar esclarecimentos ao seu Presidente e, assim, deixarem de culpar o Presidente de Junta por algo que ele não tinha dito.-----

Não houve mais nada para além disto!-----

Repudio totalmente tudo o que foi dito e escrito na comunicação social sobre o Presidente de Junta tentar fazer um levantamento popular ou manifestação!-----

Tudo farei no que estiver ao meu alcance, se for possível com os cidadãos de Vila Verde, para lutar pelo Centro de Saúde de Vila Verde.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.---

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: “Eu acho que há pessoas aqui que se esquecem do papel fundamental que o Município da Figueira da Foz tem tido na saúde.-----



Quero relembrar a todos que nós fomos o primeiro Município da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra a assumir as competências todas, nomeadamente a da saúde, da ação social e da educação que já vinha de trás.-----

Assumimos a competência da saúde porque achamos que, enquanto executivo, tínhamos a capacidade, poderíamos intervir e estar mais próximos da população para podermos fazer tudo aquilo que está ao nosso alcance na defesa dos nossos munícipes.-----

Quero destacar o empenho total da Vereadora Olga Pedrosa Brás nesta situação, que muito tem lutado pela área da saúde e pela questão dos Centros de Saúde estarem fechados.-----

E podem ter a certeza que se há pessoa que está sempre em cima desses acontecimentos é o Presidente da Câmara Municipal. Só que há coisas que nos ultrapassam.-----

E a Vereadora, inclusive, conseguiu enviar para a Administração do Hospital cerca de 16 médicos reformados, completamente dispostos a assumir os Centros de Saúde encerrados para que não estivessem fechados.-----

O que é que aconteceu do lado de lá do rio? Zero! E esse é que é o problema!-----

Em vez de andarem com as manifestações ou com esse discurso com que o Presidente da Junta de Vila Verde está, acho que deveriam ir todos ao Hospital falar com a Administradora perguntar porque é que os 16 médicos que o Município arranjou e que se predispuseram a ir para postos de saúde que estão fechados, não foram lá colocados. Porque isso já foi há mais de um mês e até agora nada!-----

Os Centros de Saúde continuam fechados, mas não tem sido pela nossa incapacidade. Nós muito temos feito e muito temos contribuído para resolver as situações, porque nos preocupam.-----

O estado de saúde deste país é a miséria que é... Vemos hospitais fechados, são as urgências que não funcionam, está tudo ao monte!... Mas vai continuar mal porque não há propostas, ninguém quer fazer nada.-----

Portanto, o que se passa aqui nos nossos Centros de Saúde é da única responsabilidade de quem está daquele lado e que não quer colocar os médicos."--

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Pedrosa Brás, com a prévia anuência da Vice-Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA PEDROSA BRÁS: "Eu vou falar concretamente para o Presidente de Junta de Vila Verde.-----

O senhor sabe que eu fui à Junta de Freguesia de Vila Verde... Pare, por favor, de fazer demagogia, porque o que acabou de fazer aqui foi uma mera prática de demagogia.-----



Efetivamente, o senhor publicou um comunicado à população no dia 30 de janeiro. É óbvio que hoje eu já fui à página e o mesmo já está apagado. Mas, chegou-me a mim e, efetivamente, o senhor fez um comunicado para organizar um ajuntamento de população. Quando eu lá cheguei, estavam quase duas centenas de pessoas.-----

E o senhor que tem responsabilidades, esteve aqui a falar sobre as suas responsabilidades e bem, porque está em regime de proximidade. E nós, daqui deste lado, também estamos aqui para ajudar. Sabe o senhor tal como sabem todos os outros Presidentes de Junta que eu estou sempre à distância de um telefonema. Nunca desliguei um telefone, quando não consigo atender devolvo sempre a chamada e aos emails dou sempre resposta.-----

Portanto, quando houve falta de médico, o senhor não me enviou qualquer comunicação. Não obstante, eu soube por interpostas pessoas. Fui ao contacto de quem devia ter feito o contacto e disseram-me que não havia médico nem enfermeira, porque estavam de baixa médica.-----

De imediato, mandei para o senhor um email no dia 15 de janeiro a dizer que não tinha meios profissionais porque estavam baixa médica. No dia 25 de janeiro, enviei um email para a Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego com uma bolsa de médicos e os respetivos contactos.-----

Quando me apercebi que não havia qualquer feedback da Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego fui lá pessoalmente falar com a Administradora e disse se a senhora não consegue falar com os médicos, eu falo. Fui eu que telefonei aos médicos pedindo-lhes para irem lá fazer contrato. E dei nota disso ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde. Portanto é um assunto que neste momento está ultrapassado.-----

Outros constrangimentos existem. Existe um constrangimento no Bom Sucesso e Quiaios, mas nós estamos atentos e os Presidentes de Junta têm conversado comigo e sabem que vou fazer todas as démarches para que estas situações sejam ultrapassadas.-----

Agora, há uma coisa bem clara e que eu não queria deixar aqui passar - isto acontece por políticas do Partido Socialista, do Governo de oito anos do Partido Socialista, que destruíram completamente o Serviço Nacional de Saúde!-----

Tenham paciência, mas têm de ouvir isto!-----

A classe médica, a classe de enfermeiros e toda a classe a trabalhar juntamente na área da saúde, neste momento, estão assoberbados. Passaram uma pandemia. Em contrapartida, o nosso Primeiro Ministro que ainda é Primeiro Ministro, mandou os



portugueses baterem salvas de palmas e davam bilhetes para ir ao jogo de futebol. Isto não é fazer política séria na saúde! Tenham paciência!-----
Depois, entretanto, veio com a questão das Unidades Locais de Saúde, que mais não são que uma reorganização, um ato reformista.-----
Nesta altura, em que a partir de dezembro deixaram cair os Agrupamento de Centros de Saúde, que deixaram de ter competências para contratualizar médicos e até a Unidade Local de Saúde estar devidamente formalizada e contratualizar médicos, houve aqui uma zona cinzenta.-----
Este executivo está ao lado dos munícipes, está ao lado dos Presidentes de Junta. Eu nunca me demiti daquilo que são as minhas funções.-----
Portanto, nós temos de olhar para a saúde com outros olhos, a pensar nas próximas gerações dos nossos filhos e dos nossos netos.-----
Não é com Unidades Locais de Saúde espalhadas por todo o país, em que a maior parte dos administradores são os mesmos administradores dos hospitais distritais que têm uma visão hospitalocêntrica e não uma visão de cuidados de saúde primários, e estes têm de ser trabalhados porque são de primeira linha.-----
O facto, é que os profissionais estão todos cansados, estão todos a sentir-se destratados. Agora, o Município não pode fazer aquilo que o Estado Central não faz! Muitas vezes, o Estado social local, de certa forma é constrangido pelo Estado social que vem da tutela.-----
Reitero a minha disponibilidade para estar ao lado dos Presidentes de Junta e dos munícipes para resolver as questões no âmbito das minhas funções.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: “Aquilo que eu ouvi aqui hoje sobre a reunião na sede da Junta de Freguesia, que é a casa da Freguesia de Vila Verde, não corresponde à realidade.-----

O que foi feito foi um comunicado para se fazer uma sessão de esclarecimentos na sala da Assembleia de Freguesia de Vila Verde. Não foi na rua nem em mais lado nenhum. Se aqui lhe chamam uma manifestação é algo que eu não conhecia.-----
Nós Presidentes de Junta já percebemos e, pelo menos eu, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde, sei com quem posso contar para resolver os problemas de saúde, face ao que ouvi hoje aqui.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guerreiro Maia.

ISABEL GUERREIRO MAIA: “Ora bem, isto hoje está, de facto, ao rubro, mas ainda



bem, porque é a falar que nos entendemos.-----
E sobre a saúde e sobre Vila Verde, a minha intervenção é muito clara e rápida.-
Congratulo-me que o Presidente da Junta de Vila Verde esteja, de facto, com a
população, que esteja com a proximidade nos problemas da saúde, porque, de alguma
forma, espanta-me.-----
Eu não me esqueço de uma visita a esta Câmara Municipal, durante uma reunião de
Câmara, acompanhando o proprietário da farmácia local, dando lugar e apoiando sem
qualquer restrição a uma transferência do alvará para a nossa Cidade.-----
Em contrapartida, o que eu vejo do executivo da Câmara, na última reunião de
Câmara, para aqueles que não tiveram disponibilidade para assistir, foi por
unanimidade e, portanto, foram todos os Vereadores executivos e não executivos que
aprovaram essa proximidade, esse cuidar da população, esse cuidar com a saúde e
finca-pé de não abdicar do alvará para Vila Verde.-----
Naturalmente, que agora o Presidente da Junta já diz sim senhora, que salvaguarda
também e que está com a Câmara, mas espanta-me que este virar de opinião se tenha
feito, porque isto é verdade.-----
E é preciso que os figueirenses e a população de Vila Verde o saiba, porque, se
calhar, passou despercebida essa primeira reunião, mas a mim não! A mim e a todo
o grupo municipal da Figueira a Primeira, não!-----
Portanto, o que está aqui em causa da saúde e da proximidade é como a Vereadora
Olga Pedrosa Brás na última reunião de Câmara disse, e muito bem, fez o seu
trabalho de casa e referiu que em causa estavam 2.968 habitantes de 19 lugares de
Vila Verde que ficariam sem a farmácia.-----
E isto é uma questão de saúde, é uma questão de proximidade, é uma questão muito
importante e foi finca-pé deste executivo que não abdicou e não a transferiu.---
Também a Vereadora referiu que nós temos onze alvarás na Cidade, como sabem o
rácio da Infarmed de 3500 habitantes por farmácia já foi excedido e, portanto,
temos dois alvarás a mais e que iríamos contribuir para a vinda de um 12.º alvará.
É preciso esclarecer a população, porque parece de somenos e não é. Porque ao
transferir o alvará queria dizer que Vila Verde e o Presidente da Junta iria
contribuir para isso, Vila Verde ficaria sem alvará e a possibilidade de uma nova
farmácia.-----
Naturalmente que o proprietário a pode encerrar, mas fica Vila Verde com um alvará
para uma futura farmácia e isto é uma questão de saúde.-----
Não vejam na transferência de competências aquilo que não existe. Naturalmente que



é do Governo Central a obrigação de colocação no seu Ministério de médicos. Não é do executivo da Câmara e como foi bem plasmado hoje, temos vindo a constatar um grande exercício, uma grande negociação por parte deste executivo para que os médicos e todos os profissionais de saúde não falhem.-----

Porque basta um secretário clínico faltar para que se encerre um Centro de Saúde, para que tudo isto não aconteça e para que todas as freguesias tenham o seu Centro de Saúde aberto.-----

É preciso esclarecer que, afinal, quando estamos em relações de proximidade com a população e de saúde, tudo é importante, mesmo uma farmácia!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "Há algo aqui que foi dito e que não é verdade!-----

É que existe um documento entregue pela Junta de Freguesia de Vila Verde ao executivo da Câmara Municipal da Figueira da Foz, assinado por todos os membros do seu executivo em como é contra o fecho e a transferência da farmácia.-----

E a Câmara Municipal nunca apresentou esse documento à comunicação social, nem a ninguém.-----

Na próxima Assembleia Municipal vou entregar esse documento para ser distribuído, porque o executivo da Junta de Freguesia de Vila Verde foi totalmente contra o encerramento da farmácia.-----

Portanto, eu nunca estive neste processo, não acompanhei ninguém, assisti a uma reunião de Câmara como outra qualquer pessoa, porque sabia que se iria falar desse tema. Tivemos uma Assembleia Municipal antes e eu esperei por uma reunião da Câmara Municipal, como uma pessoa do público.-----

Algo me foi perguntado, é verdade! Tive um lapso, é verdade! Mas, a Junta de Freguesia de Vila Verde nunca esteve a favor da transferência e saída da farmácia de Vila Verde.-----

O documento existe! Está na Câmara Municipal! E não vou falar mais deste assunto!"

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.---

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: "Eu só quero dizer aqui e que todos ouçam muito bem - é preciso ter muito lata!-----

O documento foi apresentado aqui numa Assembleia Municipal e foi lido por mim.--

É preciso ter muita lata e mentir não lhe fica bem, até porque no final dessa Assembleia Municipal veio falar comigo precisamente a dizer que a farmácia tinha de sair."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Ricardo Manuel Santos.

RICARDO MANUEL SANTOS: "Acho que nós todos aqui temos de estar para respeitar o órgão e para nos respeitarmos uns aos outros.-----"

E a forma como o deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira se dirigiu aos Presidentes de Junta foi, para ser simpático, muito deselegante.-----

E tenho que transmitir a minha indignação e o meu repúdio por aquilo que foi dito. Tenho que dizer ao deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira para aprender a ser correto e não me parece que os Presidentes de Junta precisem de aprender a ser corretos.-----

Não aceito, enquanto Presidente de Junta, lições de civismo e de cidadania do deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira.-----

Por outro lado, ele diz que nós temos mau perder e eu tenho de lembrar ao deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira que nós fomos eleitos, nós ganhámos as eleições, por isso é que somos Presidentes de Junta de Freguesia.-----

Portanto, acho que temos de pensar antes de dizer as coisas, temos de respeitar o órgão e respeitarmo-nos uns aos outros."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira.-----

GONÇALO ANDRADE OLIVEIRA: "Eu não faltei ao respeito a ninguém, simplesmente disse o que é óbvio.-----"

Há aqui Presidentes de Junta que têm defendido intransigentemente as suas Freguesias e não têm apontado o dedo sistematicamente à Câmara.-----

Por exemplo, o Presidente da Junta de São Pedro tem um problema gravíssimo de erosão costeira e não o vejo na comunicação social a ter a atitude hostil que tem o Presidente de Junta de Vila Verde.-----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Quiaios não lhe faltei ao respeito.--

O que disse e reafirmo novamente é que os senhores como o vosso candidato perdeu as eleições em 2021 têm tido uma atitude hostil para com o atual Presidente de Câmara e o seu executivo.-----

E não teriam esta atitude hostil se o Presidente de Câmara fosse outro.-----

Porque nos últimos dois mandatos eu nunca vi o Presidente de Junta de Vila Verde na comunicação social como tem vindo a fazer desde 2021.-----

As coisas resolviam-se dentro de portas! É esta a diferença!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "Fui-me informar e dos 16 médicos que a Vereadora fala, todos



foram contactados, 3 aceitaram, falta a resposta de um e já contactaram mais 10 para fazer face a essa questão.-----

Portanto, acusar aqui a Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego de que nada faz e que tem lá há um mês um problema para resolver, é falso! Não lhe ficou bem!-----

Foram contactados mais de uma dezena de médicos depois dessa listagem que a Vereadora entregou.-----

Ficou-lhe bem, obviamente, ajudar. Não é uma crítica ao que fez, é uma crítica a ter acusado a Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego de nada fazer.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Pedrosa Brás, com a prévia anuência da Vice-Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA PEDROSA BRÁS: “Como deve calcular, eu quero ter uma boa relação com as instituições e tenho uma boa relação com a Dr.ª Ana Raquel e com o Enfermeiro Diretor mas, factos são factos! Eu não me interessa o que é que lhe disseram a si. No dia 25 mandei um email com uma bolsa de médicos, com conhecimento aos Vereadores que aqui estão todos, e com o número de contacto telefónico.-----

Mais tarde, eu própria contatei médicos. Estão aqui alguns Presidentes de Junta que sabem disso e alguns até são do Partido Socialista.-----

Qual é a necessidade que eu tenho de faltar à verdade?!-----

Repito, alguns Presidentes de Junta sabem dessa circunstância, até porque eles também acabaram por me enviar esse processo.-----

Contra factos não há argumentos!!!-----

Eu vou continuar a fazer o meu trabalho, já disse à Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego que estou ao lado deles para servir como solução e não como problema e, assim, continuarei a gizar aquela que é a minha caminhada ao lado das instituições, ao lado dos munícipes, ao lado dos profissionais de saúde ou dos profissionais da educação, ou seja de quem for.-----

Não contem comigo para outra coisa. Agora, conversas de leva e traz, não!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: “Senhora Vereadora, conversa de leva e traz foi a sua conversa quando se referiu à Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego.-----

Dizer que à data de hoje estão lá 16 médicos e a Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego nada fez para os colocar nos Centros de Saúde, isso é que é leva e traz!

À data de hoje, o que me foi informado há momentos é que foram contactados todos os médicos, 3 aceitaram, um ainda não deu resposta e já estão a ser contactados mais 10 médicos para além da sua listagem.-----



É muito diferente do que a senhora disse ao referir nada terem feito.-----
Eu não vou dizer quem tem razão. É a informação que eu tenho da Unidade Local de
Saúde do Baixo Mondego.-----

Também fico por aqui porque queria apenas esclarecer, só para que não ficasse
dúvida de que as afirmações que fez não correspondiam na totalidade à realidade."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Pedrosa Brás, com a prévia
anuência da Vice-Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA PEDROSA BRÁS: "Tenho uma boa relação com a Administradora, com o
Enfermeiro Diretor e com as pessoas que lá estão.-----

Mas, o senhor está aqui a induzir que eu estou aqui a enganar as pessoas, o que é
falso! Estão aqui Presidentes de Junta, como já lhe disse, se eles quiserem falar
que falem. Eles sabem qual foi o processo e como é que as coisas decorreram. Certo!
Portanto, nós não podemos desculpar os outros. Eu tenho o maior apreço pelo
Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego. É óbvio que
eles também estão agora a começar numa nova caminhada.-----

Fui eu que contatei os médicos, eu tenho o número dos médicos, eu sou amiga desses
médicos, portanto, o deputado municipal João Raul Portugal não tem de estar a
acreditar mais num lado do que noutro, porque eu não admito que coloque a minha
palavra em causa!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal João Raul Portugal.

JOÃO RAUL PORTUGAL: "A senhora Vereadora pode colocar em causa a palavra dos
outros, mas ninguém pode dar argumentos diferentes daquilo que ela disse, que não
corresponde supostamente à realidade.-----

Eu apenas transmiti a informação que eu tive há momentos. Foram contactados todos
os médicos, 3 aceitaram, um ainda não deu resposta e já estão a ser contactados
mais 10 médicos para além da sua listagem.-----

Eu não disse, em momento, algum que a senhora não contactou os médicos. Eu não lhe
estou a chamar mentirosa.-----

Agora, a Vereadora acusou a Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego de nada ter
feito. Está em ata e está gravado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guardão Tavares.

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "Este caso da Saúde é um assunto sensível. Eu não posso
ouvir dizer que o Partido Socialista quer dismantelar o Serviço Nacional de Saúde,
quando é precisamente o contrário!-----

E há muitos anos atrás, nós sabemos quem quis dismantelar o Serviço Nacional de



Saúde e quem quer continuar a desmantelá-lo.-----

O Partido Socialista orgulha-se muito daquilo que o Dr. António Arnaut fez, que foi a criação do serviço mais maravilhoso que nós temos neste país, o Serviço Nacional de Saúde e que é defendido com unhas e dentes por cada uma das pessoas do Partido Socialista e também por cada um dos Portugueses.-----

É um serviço bom, indiscutivelmente um dos melhores serviços de saúde que nós temos!-----

O Serviço Nacional de Saúde não vai acabar pelo Partido Socialista, mas sim por um conjunto de pessoas que tudo têm feito para acabar com ele.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Realmente, não há nada como estarmos em período de eleições. O Partido Socialista hoje veio com as baterias carregadas. Estiveram tanto tempo silenciosos... Até pensei que fosse a ausência do Presidente da Câmara que os levasse a falar tanto, mas afinal, ele já cá está e continuam.-----

É pena que não se diga: este país está tão bom na Saúde, na Habitação e na Educação e tudo graças a quem? Aos oito anos do Partido Socialista que tem estado no Governo.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I - PONTE DO EUROVELO - COMUNICADO NA PÁGINA DA JUNTA DE FREGUESIA E NOTÍCIA NUM JORNAL REGIONAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira.-----

GONÇALO ANDRADE OLIVEIRA: “Também no Alqueidão assistimos a um comunicado político sobre a Ponte do Eurovelo na página oficial da Junta de Freguesia.-----

A página é gerida pelo Partido Socialista? Ou é um sítio da Internet para difundir informações?-----

Não serve para afirmar posições políticas. Essas devem ser publicadas nas páginas pessoais ou partidárias.-----

Entendemos que usar meios das Juntas de Freguesia para ataques políticos é uma forma vil de fazer política.-----

Durante esta semana, pudemos assistir a um jornal regional que abordou o tema da Ponte e colocou no título a seguinte frase «Alqueidão prefere a proposta do Partido Socialista».-----

Devemos esclarecer que quem prefere a proposta do Partido Socialista é o executivo eleito pelo Partido Socialista. E, já agora, alguém fez uma sondagem junto da



população de Alqueidão a questionar sobre o tema para proclamar estas notícias? - Não basta dizer ou publicar para ser verdade! -----
Efetivamente, este é um problema contemporâneo. Temos a obrigação de denunciar todas as tentativas de alteração de factos. E um Presidente de Junta eleito por um partido pilar da democracia deve ter uma abordagem diferente da que tem sucedido. Continua a ser difícil digerir a derrota eleitoral de 2021, mas apelamos que saibam honrar as regras democráticas e saibam trabalhar com quem foi legitimamente eleito pelo povo, em sufrágio eleitoral, para o cargo de Presidente de Câmara. -----
Termino apenas com uma questão: se, porventura, o Dr. Carlos Monteiro tivesse sido eleito iriam estes Presidentes de Junta ter a mesma atitude hostil para com a posição do Município? Claro que não." -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

J - EMBARGO DAS OBRAS DO GRANDE HOTEL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Nuno Melo Biscaia. -

NUNO MELO BISCAIA: "Os figueirenses, nomeadamente aqueles que estão mais atentos às questões do Urbanismo e do Património, foram recentemente confrontados com o embargo das obras do Grande Hotel que atualmente está a ser explorado pela Vila Galé. -----

Julgo ter sido a Direção-Geral do Património Cultural a fazer esse embargo. Não o sei, daí a minha pergunta: qual foi a intervenção do Município da Figueira da Foz nesse embargo? -----

Creio, mas depois, a Vice-Presidente poder-me-á corrigir que a Câmara Municipal terá obedecido a ordens ou instruções dessa tal Direção-Geral. -----

Agora o que me preocupa, e se calhar, aos figueirenses mais atentos é, efetivamente, saber qual a razão específica do embargo. Se a entidade exploradora e proprietária Vila Galé está ou não a desvirtuar aquele que é um edifício de interesse nacional, nomeadamente as fachadas. -----

E, finalmente, quanto tempo é que se prevê que este embargo irá atrasar as obras, para que o mesmo não tenha repercussões maléficas ou inconvenientes na época estival, nomeadamente nos meses de Verão. -----

A Piscina Praia e este Hotel fazem ali um conjunto de grande relevância para a nossa cidade." -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Volto aqui a levantar a questão do Grande Hotel da Figueira. -----



Mantendo o grupo que adquiriu aquele imóvel a informação da reabertura no mês de abril no seu site, o que sabe a Câmara Municipal sobre o processo, já que a obra está embargada?-----

A ser desembargada, o que é que se alterará no projeto que permite esse desembargo? Trata-se de um edifício classificado e premiado com um prémio Valbom e fala-se na alteração de fachada do mesmo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.---

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: "O Vila Galé adquiriu a unidade hoteleira do Grande Hotel. E foi precisamente a Direção Regional de Cultura do Centro que nos fez ter de embargar a obra, porque não emitiu ainda um parecer favorável sobre algumas questões que ali foram levantadas, nomeadamente no interior do edifício."-----

Não tem a ver com o exterior do edifício, mas sim na parte interior que eles acham que para mexer em determinadas coisas que lá estão dentro em termos de arquitetura que teria de ter um parecer deles, neste caso vinculativo."-----

A administração do Vila Galé e a Direção Regional de Cultura do Centro estão a falar entre si e penso que estará para breve."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

K - CASA DA CRIANÇA INFANTA D. PEDRO - NINHO DOS PASSARINHOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Estou satisfeito com esta Assembleia. Há muito tempo que não via tanto ânimo. Espero que não seja pela ausência do Presidente da Câmara e que continue assim."-----

A Casa da Criança Infanta D. Pedro - Ninho dos Passarinhos. Depois de feita a limpeza em agosto do ano passado, pode informar-nos qual o fim previsto a dar a este imóvel e para quando?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.---

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: "Em relação à Casa da Criança ainda está em estudo o que irá ser feito com o edifício. Neste momento, não consigo dar uma resposta sobre esse tema."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - MARINA ATLÂNTICA NO CABEDELLO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Em setembro passado, foi anunciado pela Administração do Porto da Figueira Foz, um estudo para o desenvolvimento e valorização da hipotética Marina Atlântica prevista para o Cabedelo. Este anúncio já havia sido feito em



2002.-----
Assim, gostava de saber se nos podem informar se foi efetivamente feito o concurso e se já há resultados."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.---

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: "O estudo de viabilidade em relação ao Porto da Figueira e, nomeadamente, à nova Marina ainda está a ser elaborado. Portanto, ainda não passou para a fase posterior do concurso público."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

M - CAMPO FOOTBEACH GOLF

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Em agosto do ano passado, o Presidente da Câmara em declarações ao jornal As Beiras disse «vamos fazer um reordenamento e uma requalificação do que aqui existe. No próximo ano já acontecerá. E temos verbas da zona de jogo para o fazer».-----

Mais adiante afirma «temos de olhar para outras zonas da Praia. O campo de Footbeach Golf não teve um único utilizador. Temos de ver o que fazemos ali para aproveitar o areal e as pessoas poderem usufruir mais deste espaço».-----

Já há planos e quais? E se, efetivamente, são para o corrente ano?-----

Aproveito para sugerir que se batize o campo de Footbeach Golf como o campo de divertimento socialista Dr. Carlos Monteiro e, assim, já ficar perpetuado na história, fazendo-se um grande evento comemorativo, claro!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

N - PONTE EUROVELO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Gostaria de falar sobre a segunda travessia do rio Mondego no nosso Concelho.-----

Verifica-se pelas obras que estão a decorrer na Ponte os constrangimentos que os munícipes estão a sofrer e não só.-----

Anda-se há uns anos a falar numa nova ponte, primeiro pedonal e ciclistas, depois pedonal com mais uma faixa para veículos automóveis e, agora, volta-se a ouvir o regresso à primeira fase pedonal mais ciclistas.-----

Tal travessia a existir iria ajudar os munícipes de três municípios - Figueira da Foz, Montemor-o-Velho e Soure.-----

Atento a tal facto, não será uma mera ponte municipal e, assim sendo, não seria melhor esperar pela nomeação do novo Governo e tentar sensibilizar para o apoio,



no sentido de ser construída a Ponte em que os veículos automóveis possam passar?"

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.---

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: "O Município não deixou cair esse processo, no entanto, o anterior modelo contemplado ascendia a mais de 10 milhões de euros e era de todo inoportável.-----

Daí, termos voltado à fase inicial do projeto da Ponte.-----

Mesmo assim, tivemos há dias a informação do Eng.º Rui Silva que mesmo a fase inicial, que estava contemplada com um valor de investimento de cerca de 1,2 milhões de euros, neste momento, está quase em 4 milhões de euros.-----

Isto é só para perceberem qual tem sido a evolução dos preços envolvidos nessa matéria.-----

Portanto, estamos a fazer o estudo e será, em princípio, esse que irá avançar."-

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O - TRANSPORTES PÚBLICOS NA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Em agosto do ano passado, mês fértil em notícias, foi anunciada a aquisição de um Miniautocarro para circuitos urbanos.-----
Onde está esse Miniautocarro e quando começa a cumprir as funções para que foi adquirido?-----

Aliás, este é um assunto deveras importante e que já foi abordado por mim na anterior assembleia. Voltarei sistematicamente a falar da questão dos transportes coletivos desta cidade.-----

Em agosto do ano passado, em comunicado o Presidente da Câmara disse ir exigir ao Governo a resolução do impasse com cerca de duas décadas."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.---

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: "Sabemos que, de facto, o nosso Município, a Figueira e as Freguesias não têm um sistema que nós consideramos que seria o ideal a nível de transportes públicos, que não é de todo aquele que está a decorrer na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e era para ter terminado em dezembro do ano anterior.-----

De acordo com o que nos foi transmitido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra será concretizado no final de março."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Senhora Vice-Presidente, só houve uma questão que não foi respondida e, por isso, é que eu volto a intervir.-----



O miniautocarro foi comprado ou não foi comprado? Entra ou não entra ao serviço?"

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.---

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: "Não, o miniautocarro não foi adquirido!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

P - CONGRATULAÇÃO AO FIGUEIRENSE JOÃO TRAVEIRA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Rosa Costa Reis.----

ROSA COSTA REIS: "O grupo municipal da Figueira a Primeira demonstra a sua admiração e parabeniza o figueirense João Traveira pelas conquistas alcançadas pelo seu documentário Buarcos - The Unridden Ones.-----

É um documentário sobre o nosso mar, um mar de ondas fantásticas onde várias gerações de surfistas têm praticado o seu desporto de eleição.-----

Depois de premiado em Portugal, este magnífico documentário está a prémio nos Estados Unidos da América, levando o nome da Figueira da Foz para fora das nossas fronteiras, a outras paragens e outros mares.-----

Obrigada, João Traveira e à sua equipa também."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Q - EXTRAÇÃO DE CAULINOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Vai grande inquietação no vizinho concelho de Soure, em relação à hipótese, já mais de que hipótese, de extração de caulinos naquela região.-----

Ora, estando prevista, entre comas, essa hipótese de extração também na Figueira da Foz, inscrita em Plano Diretor Municipal no capítulo servidões, se a memória não me trai, o que é que há de momento em relação a esta matéria?-----

Eu penso que seria necessário uma sensibilização, porque há grandes perigos para a saúde pública, designadamente problemas respiratórios que influenciam também a esperança de vida, provocando abaixamento da esperança de vida.-----

Há uma diminuição drástica do número de aves e também de árvores, colocação em risco da indústria da piscicultura, da qualidade do sal, porque o sal misturado com alumínio é altamente tóxico.-----

Os perigos para os níveis freáticos, a qualidade do arroz carolino que ficará muitíssimo comprometida...-----

Em que ponto é que estamos em relação a esta questão?-----

É que se a extração é tão inócua como alguns querem fazer crer por que razão é que as empresas não as fazem nos seus países de origem? Assim, acabava tudo em casa!"



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Manuel Fernandes Domingues, com a prévia anuência da Vice-Presidente da Câmara.-----

VEREADOR MANUEL FERNANDES DOMINGUES: "A questão dos Caulinos, a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz sabe que foi uma grande luta da Assembleia de Freguesia da Marinha das Ondas.-----

Foi por causa da Assembleia de Freguesia da Marinha das Ondas que a exploração dos caulinos não está, neste momento, a acontecer naquela Freguesia. Porque, à data, a Junta de Freguesia anuiu à exploração de caulinos naquela zona.-----

Doravante a isso, o último Plano Diretor Municipal veio plasmar a possibilidade de extração desses inertes, mas neste momento, no Município não existe qualquer licença ou pedido de licença para a extração deste tipo de inertes."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

R - ABATE DE ÁRVORES NA AVENIDA SARAIVA DE CARVALHO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Fui surpreendida com um abate de árvores na Av.ª Saraiva de Carvalho. Não sei se multiplicou por outros locais da cidade. Não constatei. - O que levou ao abate dessas espécies? Não me parece que sejam problemas de saúde, porque os troncos mostram ser até bastante saudáveis."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Ricardo Pedrosa Silva, com a prévia anuência da Vice-Presidente da Câmara.-----

VEREADOR RICARDO PEDROSA SILVA: "O abate das árvores é uma questão muitíssimo simples.-----

Foi feito um relatório em 2019/2020, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, sobre o estrato arbóreo do Concelho.-----

Estas árvores estavam mortas e estão a ser substituídas. Hoje mesmo, estão a fazer os furos para arrancar os cepos e plantar novas árvores na segunda ou terça-feira."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

S - BALDIOS DO PAIÃO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Este meu tema tem a ver com os baldios da Freguesia do Paião. Em agosto passado, o Presidente disse ir exigir a resolução do impasse com cerca de duas décadas e, portanto, eu gostava de saber o que está a acontecer, se está a acontecer alguma coisa ou se continuamos num impasse por mais uma década."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.---

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA: "E relação aos baldios também não tenho ainda qualquer



informação sobre o que é que se está a passar, portanto, não posso estar aqui a esclarecer."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**4 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DA
INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Fernando Martins Lopes.-----

FERNANDO MARTINS LOPES: "Queria pedir uma informação ao Presidente da Câmara. São aqui mencionados o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e os fogos que vão ser reabilitados e recuperados. Por acaso, estão aqui incluídos os fogos da Matiôa?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Pedrosa Brás, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA PEDROSA BRÁS: "Os prédios da Matiôa são propriedade do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Já estão reabilitados 36 fogos. Foi aberto concurso para a submissão de candidaturas na plataforma só que, entretanto, a plataforma foi encerrada porque, pasme-se, numa altura em que se fala tanto em habitação as rendas de um T3 eram cerca de 530 euros e de um T2 425 euros.-----

Ou seja, um casal que tivesse um rendimento inferior a 1.600 euros, dificilmente, conseguiria arrendar uma casa ali.-----

Houve diligências da parte do executivo junto do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e, portanto, estão a reformular a renda. Se quiserem, eu posso disponibilizar-vos este documento, aliás, ele é público.-----

Neste momento, a plataforma está encerrada, portanto, vai haver um recálculo de rendas e para a próxima semana abrirá novamente o concurso para estes 36 fogos com um valor de renda mais baixo."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Só duas notas.-----

Vejo aqui nos processos judiciais que há contraordenações contra a Câmara por falta de nadadores-salvadores.-----

Eu gostava de saber se esta questão dos nadadores-salvadores já está a ser tratada



e se não vamos correr risco de mais contraordenações.-----
Por último, quero congratular-me por estes acordos todos no que diz respeito à habitação e da comunicação do Presidente recebida hoje, mas o que também gostaria é de que houvesse prazos. Quando é que isto começa? Para podermos saber, pois, isso era importante."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Eu ia fazer formalmente um pedido.-----

Se esta informação complementar, mas que acaba por ser muito mais importante, relevante e interessante do que a que está vazada no documento 4, podia ser facultada com maior antecedência.-----

Não se compreende que havendo um Regimento, com o qual eu não concordo, de apresentação obrigatória de votos, moções, etc. com 48 horas de antecedência, nós tenhamos recebido esta informação no próprio dia da Assembleia, pela hora de almoço.-----

É mesmo um pedido que encarecidamente faço, porque esta informação é, de facto, muito mais relevante do que a outra de cinco atas remotas em que as cinco atas menos remotas não constam."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A deputada municipal Silvina Anadio Queiroz tem razão. A culpa foi minha.-----

A questão dos nadadores-salvadores está a ser tratada, dentro daquilo que é dificuldade, mas está a ser tratada. Neste momento, estão 12 contratados e continuamos esse percurso de contratação para acautelar as situações todas.-----

Relativamente aos processos judiciais ou contraordenações mencionados pelo deputado municipal Manuel Rascão Marques, como sabe, a propósito dessa matéria eles foram lançados pela Autoridade Marítima sobre os concessionários de praia, situação que julgo ser algo inédita no país.-----

Não quero deixar de salientar que a legislação nesta matéria tem disposições algo heterodoxas. Porque até este mandato, nos dois anos anteriores, no tempo do Presidente Dr. Carlos Monteiro, as responsabilidades foram divididas a meio entre a Câmara contratando e os concessionários pagando.-----

Eu não compreendo como é que pode estar atribuído aos concessionários as responsabilidades de segurança. Não digo que deveriam estar atribuídas à Câmara Municipal, mas faria mais sentido estarem atribuídas à Autoridade Marítima ou equivalentes, que também por lei tem responsabilidades na matéria.-----



Estamos completamente em cima do assunto. Temos 12 e, se Deus quiser, chegaremos à época balnear com a situação resolvida.-----

O ano passado, como sabe, houve não vou dizer um levantamento de algumas situações que levaram a um aumento de salários e negociações. Foi um processo muito específico. Este ano acho que vai correr bem, se Deus quiser.-----

Já agora, se me permite, ouvi o Período de Antes da Ordem do Dia todo, embora não pudesse estar aqui, mas queria falar do Hotel Vila Galé.-----

De facto, o processo de embargo foi suscitado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, como disse a Vice-Presidente, e pela Direção-Geral do Património Cultural depois.-----

Numa primeira fase solicitaram à Câmara que embargasse e não me pareceu adequado. Eu disse: a Câmara, com certeza, acompanha tudo aquilo que a autoridade prevista na lei entenda que deva ser feito, mas a Direção-Geral do Património Cultural também tem poderes de embargo se entender haver motivos para tal.-----

Eu tive ocasião de sugerir reuniões a três, entre a Cultura, os concessionários e o executivo. Elas foram feitas no local, o Vereador Manuel Fernandes Domingues esteve presente e fizeram-se também reuniões em Coimbra.-----

Se me perguntam se o embargo tem a ver com o exterior, eu dir-vos-ei não!-----

Eu posso-vos dar um exemplo. Levantaram-me a questão se os varandins nos quartos iam desaparecer como estão, com aqueles intervalos. Só que autoridade respetiva diz que eles são muito baixos e perigosos para as crianças e, portanto, se houver fiscalização, como estão, neste momento, não passam.-----

Por outro lado, a Cultura dizia que a porta giratória da entrada do Hotel era muito antiga, afinal não é.-----

Não vejo ali nada com intenção de desfigurar a fachada.-----

Portanto, a Câmara acompanha, tem intervenção do licenciamento, mas eu compreendo, já estive nessa área como sabem, mas a partir do momento em que está na Direção-Geral do Património Cultural, o Município deve estar nesta posição em que está.

Eu embarguei a pedido da Direção-Geral do Património Cultural e esta também embargou."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Célia Silva Morais.-

CÉLIA SILVA MORAIS: "Como o senhor Presidente esteve no domingo em Brenha e ouviu tal como eu as queixas das pessoas, gostava de perceber se, entretanto, já encetou alguns contactos com as entidades ou fez alguma diligência sobre a falta de segurança em Brenha."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Gostei muito de conversar com as pessoas do Teatro Taborda e com o Clube União Brenhense e, de facto, aquilo é um problema grande.----- Brenha é a «Freguesia» que, por várias razões, mais me desperta um sentimento de injustiça relativa.-----

Há falta e omissão dos nossos poderes para vários casos de incúria, de atraso das vias de comunicação, do estado de conservação de espaço público e também dessa questão de segurança.-----

Como sabe, é um problema difícilimo de resolver. O Parque de Jogos, o antigo Posto da Guarda Nacional Republicana, há uma série de matérias para as quais eu acho que temos de ter ali uma intervenção integrada. Agora, temos de ser eficazes a trabalhar.-----

Se há matéria que tem ocupado muitas vezes o meu pensamento é a falta de uma Polícia Municipal na Figueira da Foz.-----

A senhora deputada deve ter ouvido o que eu ouvi e a maneira como as coisas se passam no dia a dia ou quando há situações complicadas. Não estou a culpar as forças de segurança, elas têm os meios que têm só que há muitas situações.-----

Nós precisávamos de intervenção de uma força com poderes desse género.-----

Agora sim, estava lá o dono do café que, como disse, fecha às 20/21 horas todos os dias, a coletividade não abre as portas a não ser um dia ou outro ao fim de semana.-----

Eu acho que todos nos devemos empenhar nisso, serviços da Câmara e Assembleia Municipal, e espero que a Assembleia da República aprove o que está previsto em matéria de freguesias... Agora, com desanexação ou não, é um caso que precisa muito da nossa intervenção e, neste momento, o primeiro responsável por isso sou eu.--

Mas gostei imenso de lá estar e aproveito para dizer que eu acho melhor assim, porque temos oportunidade de conversar. Do mesmo modo, aliás, o presidente da coletividade disse-me a mesma coisa. Ele disse-me que preferia uma boa almoçarada a uma boa sessão solene, pois à mesa fala-se mais e melhor.-----

Não lhe vou dizer o que é que já fiz em matéria de segurança em conversa com responsáveis das forças de segurança, mas sim, estou em cima do assunto, tanto quanto possível.-----

Não estou a atribuir as culpas a nenhuma raça, etnia ou grupo, mas são situações muito difíceis de resolver e temos de trabalhar nelas.-----

Em relação às coletividades foi-me dito e esclarecido, logo no dia seguinte, que



havia um subsídio prometido pelo Dr. Carlos Monteiro, no valor de 5.000 euros e que não estava atribuído.-----

Pedi à Chefe de Gabinete logo na segunda-feira de manhã para ver. De facto, foi prometido 5.000 euros por altura do Covid, foram pagos 2.500 euros num ano 2.500 no outro. O não estar pago foi do Taborda que me falaram, mas está pago.-----
Outra coisa é precisarem de mais para a cobertura."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - CONCURSO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DE "GESTÃO PARTILHADA DE LAVANDARIA SELF-SERVICE A INSTALAR NO PARQUE DE CAMPISMO MUNICIPAL", PELO PERÍODO DE 2 ANOS, PODENDO SER PRORROGADA POR MAIS DOIS PERÍODOS SUCESSIVOS DE 2 ANOS

Pelo Presidente foi proposto o início de um procedimento para Concessão de «Gestão Partilhada de Lavandaria Self-Service a instalar no Parque de Campismo Municipal», através de Concurso Público, pelo período de dois anos contados da data de conclusão da disponibilização e instalação do equipamento, com possibilidade de prorrogação por mais dois períodos sucessivos de dois anos.-----

Integram o processo as peças do procedimento do concurso, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituindo o anexo número um à presente ata. Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 02 de fevereiro de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Clarisse Silva Oliveira, Victor Santos Madaleno e Fernando Martins Lopes e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano e Rosa Costa Reis, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, autorizar o Município da Figueira da Foz a lançar o procedimento de contratação pública para a Concessão de «Gestão Partilhada de Lavandaria Self-



Service a instalar no Parque de Campismo Municipal”, com aprovação das respetivas condições gerais constantes das peças do procedimento concursal, bem como proceder à respetiva celebração do contrato de concessão.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.2 - 4.º ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DO SISTEMA DE RECOLHA, TRATAMENTO E REJEIÇÃO DE EFLUENTES DO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ

Pelo Presidente foi proposta a celebração do 4.º Aditamento ao Contrato de Concessão da Exploração do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho da Figueira da Foz, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata.-----

Esta proposta de aditamento tem como razões subjacentes a alteração do quadro legal do setor, bem como, a promoção de um conjunto de medidas de reequilíbrio financeiro na sequência da não atualização do tarifário de água para 2023. Assim, as partes formalizam acordo, por via da modificação do Contrato de Concessão ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 311.º e alínea c) do art.º 312.º do Código dos Contratos Públicos, aplicáveis ex vi art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, procedendo à modificação do Plano de Investimentos, à alteração do tarifário e à correspondente reposição do equilíbrio financeiro do Contrato de Concessão, mediante a prorrogação da duração da Concessão até agosto de 2042.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião ordinária de Câmara de 16 de fevereiro de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “Este assunto, relacionado com a água e o tratamento e rejeição de efluentes já me vem consumindo desde 1999. Acho que a água é um bem público e como tal se deveria manter na esfera pública.-----

Reparei que este Aditamento tem alterações que são benéficas, se comparadas com a situação anterior, em relação ao Município, mas certamente que a concessionária também não faz contratos, não os assina para perder dinheiro, como é óbvio.-----

Há uma coisa que me baralhou, uma notícia recente de jornal que falava que este assunto voltaria a reunião de Câmara e depois vinha à Assembleia Municipal. Finalmente, eu pergunto se o processo está concluído ou se ainda há outras



démarches.-----

As queixas que vamos ouvindo em relação ao tarifário e em relação às condições de funcionamento de alguns serviços e refiro-me nomeadamente à Estação de Tratamento de Águas Residuais de Vila Verde que, segundo aquilo que me chegou aos ouvidos, vale o que vale, os senhores dirão se a informação é fidedigna ou nem por isso, há águas por tratar devolvidas ao rio, porque a Estação de Tratamento de Águas Residuais está a funcionar muito abaixo da sua capacidade ou do que deveria ser a sua capacidade, chegando a falar-se em mais ou menos 10%/12%, o que é perfeitamente assustador.-----

Uma última pergunta - não valeria mais a pena pagar os 20 milhões de euros e resolver o caso da devolução à esfera pública desta matéria de uma vez por todas? É que, como diz o deputado municipal Pedro Miguel Jorge, para a frente os custos serão, de certeza, insuflados. O preço da indemnização subirá e não baixará. É a sensação que tenho.-----

E era tempo de o Município abraçar esta matéria, em meu entender para benefício das munícipes e para um exercício de poder democrático através do Município de um bem que, sendo escasso, importa preservar e é de todos.-----

Votarei contra.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Célia Silva Moraes.-

CÉLIA SILVA MORAIS: “Eu não quero alongar-me nisto, só quero deixar aqui uma referência relativamente a este ponto.-----

No dia 28 de fevereiro de 2023, precisamente numa Assembleia Municipal, fiz aqui uma observação em referência a um conjunto de lugares das nossas Freguesias que estavam sem tratamento da rede de esgotos.-----

A verdade é que hoje nós vimos esta alteração contratual, vimos o plano que está previsto e, de facto, ele não as contempla.-----

Naquela data, o Presidente da Câmara pediu que eu lhe entregasse ou que fizesse passar a informação que tinha, porque estávamos em período de negociação e esses assuntos iriam ser tratados com a entidade gestora.-----

A verdade é que a informação que consta nos documentos que nos foram apresentados estes lugares não estão lá.-----

É evidente que eu vou acompanhar a decisão do grupo municipal do Partido Socialista, mas não posso deixar de lamentar a área geográfica que não está contemplada no contrato.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.



JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Em nome do grupo municipal do Partido Socialista, eu queria deixar um conjunto de observações acerca deste Aditamento ao Contrato de Concessão, que nos é proposto. Deixarei, depois, mais algumas considerações para uma declaração de voto que lerei depois da votação.-----

A primeira nota é para dizer que nós acompanharemos o sentido de voto dos Vereadores do Partido Socialista e, portanto, abster-nos-emos neste ponto.-----

O tema que aqui é chamado é um tema pesado no plano político, porque evidentemente se trata de um recurso essencial e de um serviço de que, em bom rigor, ninguém pode prescindir, e é também pesado no plano financeiro e no plano jurídico, esse, enfim, todo o novelo que está em volta deste Contrato de Concessão e do Aditamento que nos é proposto. É um tema pesado e difícil!-----

E nós compreendemos que a partir da decisão tomada relativamente ao tarifário para 2023, e um parêntese para dizer o seguinte e o que vou dizer dentro deste parêntese não me compromete a mim, é uma decisão muito, muito criticável, fim de parêntese, mas nós compreendemos que, a partir do momento em que foi tomada essa decisão não havia verdadeiramente alternativa realista do ponto de vista do Município que não fosse fazer qualquer coisa deste género.-----

A prorrogação do Contrato de Concessão eu ia a dizer é um sucedâneo, mas não é exatamente um sucedâneo, é uma modalidade de equilíbrio financeiro. A alternativa à prorrogação do contrato é o pagamento do montante em dinheiro ao concessionário. E vale a pena reconhecer, julgo eu, que este Aditamento está até bem apresentado, ele está bem embrulhado, ele tem o ar de «Win Win». Ganha o concessionário e ganha o concedente.-----

Há um conjunto de investimentos, admito, como disse a minha companheira de grupo municipal Célia Silva Morais, que haja um conjunto de lacunas, mas há um conjunto de investimentos que visto assim de repente, parece, pelo menos razoável e há também um aumento muito significativo, esse aspeto não pode ser deixado na penumbra, há um aumento significativo do montante da renda que é paga ao concedente. Porém, eu vou porventura repetir um argumento que já foi usado na reunião de Câmara, mas isto decorre desta arquitetura estranha jurídico-política que os Municípios têm, que têm como que dois parlamentos.-----

Desde a revisão de 2018 do Código dos Contratos Públicos, o tema das concessões entrou para dentro desse mesmo Código e, portanto, o legislador europeu lá viu que é a transposição da diretiva comunitária e que o tema das concessões tinha também de estar subordinado à disciplina geral da contratação pública.-----



E a minha convicção, sem certeza, nós estamos a falar dos documentos que nos foram distribuídos, só um deles tinha 538 páginas, portanto, eu creio que só isso diz qualquer coisa sobre a dificuldade de olhar para isto.-----

E a minha convicção pessoal em função de um conjunto de contas que fiz é de que há uma regra do Código dos Contratos Públicos que é manifestamente violada com esta proposta.-----

E o que essa regra diz no essencial é que, para o que interessa, o concessionário não pode com o equilíbrio financeiro ficar numa posição mais vantajosa do que aquela que tinha antes do equilíbrio financeiro.-----

Portanto, no nosso caso concreto, o quadro é este - a prorrogação, o Aditamento que seja feito o contrato deve servir exclusivamente para repor a perda que o concessionário teve, e não mais do que isso.-----

Isso até se compreende, porque, na verdade, com este Aditamento o contrato como um todo ou o negócio como um todo não é sujeito à concorrência e, portanto, este Aditamento serviria tão só para repor a perda que o concessionário teve em função da decisão tomada relativamente ao tarifário.-----

E, portanto, na minha convicção discutível e discutida, gostava de poder também ouvir o Presidente e a Vice-Presidente sobre o tema pois, em função dos números que lá vejo, parece-me que essa regra está manifestamente violada.-----

Isso não é necessariamente mau se nós acharmos que o processo está no seu início. E isso quer dizer também que, na minha visão das coisas pelo menos, é possível melhorar este Aditamento, conformando com essa regra do Código dos Contratos Públicos (n.º 6 do art.º 282.º) e obtendo daí vantagens adicionais do ponto de vista do interesse público.-----

Já agora, eu tinha duas perguntas para as quais pedia uma resposta, até para perceber se isto que eu disse faz algum sentido: qual era o montante em dinheiro que, não havendo aditamento ao contrato, teria de ser pago à concessionária a título de equilíbrio? Qual é o valor presente do projeto empresarial, digamos assim, no período do Aditamento?-----

Estes valores decorrem com clareza da lei e têm de ser aproximados um do outro, sob pena de a norma estar a ser violada."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Ricardo Manuel Santos.

RICARDO MANUEL SANTOS: "A Junta de Freguesia de Quaiaios regista a preocupação de associar à prorrogação do prazo do Contrato de Concessão um Plano de Investimentos que concretizam um conjunto de obras de abastecimento de água e de drenagem de



águas residuais domésticas.-----

Em particular, no que à Freguesia diz respeito, congratulamo-nos com a expectativa de ver finalmente concretizado o alargamento da rede de saneamento na localidade do Casal Novo, e esperamos, Saibreira a nascente da Estrada Nacional 109, já a partir do ano de 2025.-----

Não podemos, contudo, deixar de referir que esta boa notícia tem um certo sabor, agridoce, porque como já a deputada municipal Célia Silva Morais disse, existem na Freguesia outras localidades que ainda não dispõem desta infraestrutura e não estão efetivamente elencadas no Plano de Investimentos.-----

Falo do conjunto de localidades ao longo da Estrada Nacional 109, de algumas localidades na estrada de acesso à Serra da Boa Viagem e, esta ainda mais incompreensível, de uma rua que serve um conjunto de casas de família na Praia de Quiaios.-----

Referem os documentos que a concessionária se comprometerá ainda a realizar investimentos/obras de manutenção no valor anual de 700.000 euros e eu queria perguntar e questionar: será que estas populações podem aspirar vir a ter saneamento básico a curto/médio prazo com recurso a esta verba?-----

Ficamos, naturalmente, expectantes, mas não otimistas, até porque o argumento que tem sido utilizado para que elas não se realizem era de que, em particular no caso da Cova da Serpe, a instalação do saneamento teria custos na ordem dos milhares de euros, o que teria, digo eu, justificado a sua inclusão no Plano de Investimentos agora entregue.-----

Ainda assim, se for possível fazê-lo, ainda que de forma dilatada no tempo com recurso a estes montantes, ficaremos naturalmente satisfeitos.-----

Dar nota ainda de que infraestruturação da Zona Industrial do Pincho, na vizinha Freguesia de Alhadas, nos parece uma janela de oportunidade interessante para, aproveitando a infraestrutura que será necessário construir para a drenagem de águas residuais, alargar a rede de saneamento à parte nascente do Ervedal. Portanto, fica aqui este pedido.-----

Por último, sublinhar que sabemos e registamos que «Roma e Pavia não se fizeram num dia», mas também sabemos que «quem não aparece, esquece» e, portanto, é de inteira justiça que não nos esqueçamos destas pessoas, destas famílias que em pleno século XXI ainda não dispõem de uma rede de saneamento básico.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Jorge Bugalho Silva.

JORGE BUGALHO SILVA: “Digamos, que é uma declaração de voto que vou fazer.-----



Naturalmente, irei respeitar a decisão do grupo municipal do Partido Socialista. Quero apenas dizer que acredito que, muito em breve, poderemos reunir com o Presidente da Câmara e com o seu executivo e que, certamente, vamos poder também calendarizar para que as obras da Freguesia de Alhadas possam constar no Plano de Investimento.-----

Não vou referir agora aqui as localidades, mas ainda são à volta de dez localidades que não têm saneamento e, portanto, dentro do possível ver se ainda se consegue pôr alguma coisa no Plano de Investimento.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Jordão Suzana.

JOSÉ JORDÃO SUZANA: “Há muito tempo que a Freguesia de Marinha das Ondas, mais concretamente a localidade de Matas e Cipreste ouve falar do saneamento.-----

Muito se tem falado sobre isso, fez-se projetos, não se fez projetos, há vários anos que andamos com este assunto e, ano após ano, nada foi feito.-----

Por isso, congratulo-me por, neste momento, este Aditamento ter incluído esta obra de saneamento nas Matas e Cipreste.-----

Também em conversa com o Eng.º Damasceno da Águas da Figueira, nos foi dito que, possivelmente, mais um ou dois lugares da Freguesia poderiam vir a beneficiar do saneamento.-----

Portanto, por estes motivos, o meu sentido de voto vai ser favorável.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Salvo entendimento diverso, este é o exemplo de uma gestão, que não é responsabilidade deste executivo, não bem feita para ser simpático.---

Porquanto, está o Município nesta matéria nas mãos de uma empresa com todas as consequências que daí advêm.-----

Tal está bem expresso nas frases que o Presidente da Câmara pronunciou na reunião de Vereação, e cito «é uma decisão por necessidade, este é o equilíbrio possível».

Chegamos ao ponto em que temos de aceitar o melhor possível, o que se lamenta!!!

Não se consegue compreender que um investimento de 12 milhões de euros em 19 anos, ou seja, menos de 1 milhão de euros por ano, possa ser interessante.-----

Por outro lado, preferíamos que se recebesse menos de renda da utilização do espaço das instalações dando-se mais metros cúbicos de isenção aos residentes, ou seja, aumentar o pouco que se dá.-----

Temos, pois, dúvidas que esta revisão seja boa para os munícipes pelo que, apesar de entendermos a necessidade económica desta revisão, iremos abster-nos como voto de protesto, aliás, a exemplo de uma votação que o Presidente da Câmara fez numa



reunião de Vereação.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Em primeiro lugar, dizer que esta é uma proposta, uma matéria pela sua natureza da maior relevância.-----

O prazo também e com as responsabilidades que assumimos e que também são assumidas pela concessionária.-----

Gostaria de dizer que este não é o produto final, agora tem de ir à entidade reguladora, aliás, há uma reunião na próxima semana onde estará a concessionária, onde estaremos nós. Depois, a entidade reguladora dará o seu parecer, depois voltará à autarquia para nos pronunciarmos em definitivo.-----

De facto, não é o tal produto acabado.-----

As opções que colocavam e colocam são, de facto, essas: negociar, deixar decorrer o contrato até final, fazer esta revisão dos termos contratuais. Como foi reconhecido por vários deputados, foram alcançados pontos positivos.-----

A negociação que, obviamente, tem sido sempre acompanhada por mim, foi dirigida, principalmente pela Vice-Presidente e pelo Vereador Manuel Fernandes Domingues, mas era que salientar o trabalho, nomeadamente, da Dr.ª Anabela Tabaçó.-----

Acho interessante a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz dizer «paguemos os 20 milhões de euros».-----

Com tudo o que se propõe aqui, entre os 20 milhões de euros do resgate, a Ponte da Margem Sul, etc., etc., a dívida seria enorme. Não vou somar agora tudo o que é solicitado, nomeadamente, a piscina de que todos falamos, porque cada investimento são 7 milhões de euros.-----

Passagem de nível da Salmanha, por exemplo, para falar de Vila Verde. Ainda hoje, via Zoom, se marcou com as Infraestruturas de Portugal para ver se, de facto, conseguimos chegar a um acordo nessa matéria.-----

São muitos casos, porque o orçamento é pesado também. Atira tudo para os 2 milhões de euros ou mais, estou a falar da Variante de Quiaios, para não falar de vários outros investimentos, como as zonas industriais.-----

Desculpem o desvio do tema, mas o estudo da Marina que a Administração do Porto está a fazer, está o estudo económico a ser desenvolvido. E entendo que a Administração do Porto tem trabalhado bastante bem.-----

Aliás, não quero deixar de repetir aqui o que disse hoje de manhã numa cerimónia sobre a Zona Industrial.-----

Eu, pessoalmente, entendo e quero dizer isto, antes de sabermos qual é o próximo



governo ou de que cor é, que, pelo menos, a maioria da atual Administração do Porto, que termina o mandato no final deste ano, deve ver renovado o seu mandato, porque têm estado a trabalhar em articulação com o Município e não só.-----

Portanto, eu quero já dizer hoje como Presidente da Câmara da Figueira que considero essencial que se renove o mandato, pelo menos, da maioria dos membros da Administração do Porto, e nessa maioria, se for essa a vontade, incluo o meu antecessor, naturalmente.-----

Em relação à Águas da Figueira, eu tive ocasião de dizer em reunião de câmara que não faço um balanço negativo do trabalho da concessionária, que me leve a dizer que gostaríamos de optar por uma rescisão ou resgate, digamos assim, sancionatório. Compreendo a posição ideológica da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz. Também já discorri sobre isso em reunião de Câmara. Estou muito menos longe da sua posição hoje em dia do que estava há 20 anos, em relação aos principais recursos naturais e aos ativos estratégicos, mas isso são contas de outro rosário.-----

Agora, a questão é saber se o Município tem recursos para fazer as coisas.----- Pode haver resgate, nós podemos ir até para Tribunal, mas qual é o critério principal que temos de avaliar?-----

E há outros aspetos que não foram aqui referidos, a taxa de rentabilidade da concessionária aumenta ou diminui com esta proposta? Diminui! Mas, com certeza, a senhora disse uma grande verdade, eles não vieram para cá para perder dinheiro.- Eu lembro a posição que o executivo tomou no passado de não aumentar as tarifas face à conjuntura que vivemos e o resultado da fórmula vigente, como sabe, era muito pesado.-----

Houve uma alteração da fórmula, aumento da renda paga pela concessionária, o investimento anual, discutimos na reunião de Câmara se era despesas correntes ou de investimento, a manutenção, a renovação das infraestruturas tem uma verba anual também considerável de 750.000 euros, portanto, se juntarmos esses 14 milhões são 26 milhões de euros.-----

É o contrato possível para termos recursos. Vamos fazer estas contas: faça os 26 milhões de euros e divida-os pelos 18 anos, dá 1,3 milhões de euros por ano, todos os anos, para fazer face a esses investimentos ou essas despesas.-----

Para irmos aqui à Cova da Serpe, para irmos a Lavos, para irmos a todos os sítios e para fazer renovação de algumas que existem, nós precisamos de disponibilidades financeiras que, de facto, se conseguem melhor com este acordo.-----

O argumento apresentado pelo deputado municipal José Fernando Correia, que já foi



apresentado em reunião de Câmara julgo que pelo Vereador Daniel Conceição Azenha ou pela Vereadora Diana Carina Rodrigues, eu considero que esse art.º 282.º do Código dos Contratos Públicos é tonto, porque ele não diz exatamente o que disse o senhor deputado, ou seja, não é só a concessionária que não pode ficar em melhor situação. São as duas partes.-----

Portanto, nós não podemos fazer uma negociação em que qualquer das partes fique melhor. O Código é, de facto, muito estúpido, nessa norma, isto é, nem nós podemos ficar melhor com esta renegociação, nem eles. Então qual é vantagem de renegociar?!!-----

Tal como o deputado municipal José Fernando Correia, também estou curioso de ver o que é que vai dizer a entidade reguladora sobre a matéria. Não corremos riscos nessa matéria. Não queremos que venha para aí nenhum Tribunal de Contas ou sem Contas dizer «devia ter havido concurso e não houve». Deus nos livre!-----

Acho, de facto, que há a fundamentação jurídica e não só que deriva do bom senso. Como me disse uma vez o Dr. Mário Esteves de Oliveira, Deus o guarde, «o Direito não pode ser estúpido» a propósito do contrato de concessão que era dos terminais dos jogos do país todo.-----

Havia uma diferença de 15 para 23 milhões de euros entre duas propostas, uma era da PT a outra era de privados, e o júri resolve excluir a mais baixa, que era melhor para nós. À luz de vários princípios do Direito não pode ser, a razão para excluir o concorrente era de Lana caprina e o Dr. Mário Esteves de Oliveira disse-me «Senhor Dr., se me permite dizer, a regra básica é o Direito não pode ser estúpido».-----

Portanto, não se podem prejudicar os princípios da defesa do interesse público, da boa-fé, do bom senso, da defesa da comunidade, etc. E, de facto, acabámos por ganhar como faz sentido.-----

O que está em causa aqui é a defesa do interesse público, o que é que é mais vantajoso.-----

Sinceramente, eu não posso fazer um trabalho negativo. A concessionária, aliás, tem tido várias distinções. Não tenho problema nenhum em enunciar aqui na Assembleia Municipal aquela que é a minha posição de princípio hoje em dia.-----

Talvez algum conflito ideológico interno, porque considero absolutamente inaceitáveis os lucros de empresas privadas que têm a responsabilidade ou a propriedade de ativos estratégicos e recursos naturais em setores estratégicos da economia. Cada vez mais é a minha posição.-----



Em recursos que são indispensáveis para a vida das pessoas, das famílias, das comunidades, prefiro que sejam os privados a tê-las, sejam os privados a explorá-las, mas acho que há um equilíbrio que não está a ser alcançado nas sociedades contemporâneas.-----

Eu não faço, eu não proponho este contrato, eu não voto a favor dele em reunião de Câmara por convicção absoluta nem por fanatismo ideológico, nada disso, sinceramente, é porque acho que é o melhor.-----

Na questão do prazo, negociámos vários pontos, conseguimos vários, mas esse não foi conseguido. O resto quase tudo conseguimos. Vou dizer assim, ganho de causa dentro do equilíbrio que uma negociação tem de ter sempre para os dois lados. Sinceramente, acho que é uma boa proposta e melhor do que aquela que tínhamos antes.-----

Eu tomei boa nota do que disseram alguns. Oxalá! Vamos bater o pé!-----

E vamos lá ver, algumas obras o Município pode fazer. Não pode é fazer todas as que estão aqui e as que não estão. Tomo boa nota.-----

Achei interessante até a expressão do Presidente da Junta de Quiaios - falta o da Serra da Boa Viagem e, até é mais incompreensível, uma rua na Praia de Quiaios. Eu diria que é mais importante o da Serra da Boa Viagem (sei que é isso que o senhor pensa) quanto o da Rua da Praia de Quiaios, que ainda no outro dia enviou um email a mostrar o estado em que aquilo estava.-----

Portanto, eu acho que é bom para a Figueira irmos por este caminho. Agora, vamos ver o que é que a entidade reguladora vai dizer."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Só duas notitas rápidas.-----

A primeira era insistir que me pudessem esclarecer sobre aqueles valores que perguntei.-----

Segunda nota - a meu ver bem, o Presidente da Câmara está coberto de razão quando diz «o Direito não pode ser estúpido», mas a ratio da norma, como dizem os juristas, ali é outra.-----

Ali é dizer assim «OK, vocês estão a fazer isto sem sujeitar a concorrência, mas se sujeitassem à concorrência podiam obter uma situação melhor. E essa é a lógica daquela norma. Portanto, de facto, a coisa vista assim, no mínimo, suscita dúvidas. Nós podemos estar tranquilos, no fim do dia o Tribunal de Contas na sessão de visto diário verá isto, portanto, nós podemos estar tranquilos, mas não queríamos deixar de o enfatizar.-----



E era esse ponto, se me conseguiam dizer quanto é que são esses dois valores, para ver até se as minhas contas valem alguma coisa.-----

Isto é, quanto é que teria de ser pago à concessionária em caso de equilíbrio financeiro e, por outro lado, qual é o valor? Um milhão e meio???-----

O montante a ser pago, nos termos também do código, é o montante que é calculado até ao final do contrato existente, ou seja, até 2029.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Anabela Tabaço com a anuência do Presidente da Câmara Municipal.-----

VEREADORA ANABELA TABAÇO: “Cerca de 10 milhões de euros.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: “Então, isso bate certo com as minhas contas.-----

E nas minhas contas também, e por isso é que faz um pouco confusão, o valor presente do projeto no período de aditamento pode ser perto do triplo disso.----

E essa é a razão pela qual, enfim, nós temos algumas dúvidas sobre o tema. Mas,

como digo, estamos confortáveis porque no fim do dia o Tribunal de Contas verá.-

Esse ponto parece-me importante, dá também algum espaço para que concessionária faça mais algum esforço.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Victor Santos Madaleno, Clarisse Silva Oliveira, Fernando Martins Lopes e Rui Pinto Ferreira, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano e David Fajardo Azenha, deliberou, por maioria, com treze votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, do Partido Socialista José Jordão Suzana e do Partido Social Democrata Gilberto Fajardo Oliveira, dezoito abstenções dos restantes membros do Partido Socialista e dos restantes membros do Partido Social Democrata, e dois votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária e do Bloco de Esquerda, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, aprovar o Quarto Aditamento ao Contrato de Concessão da Exploração do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água e do Sistema de Recolha, Tratamento e Rejeição de Efluentes do Concelho da Figueira da Foz.-----

Não participaram da discussão e deliberação deste ponto os deputados municipais



Nuno Melo Biscaia e Susana Oliveira Monteiro, por se considerarem impedidos ao abrigo das disposições combinadas do n.º 4 do art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, alínea iv) do art.º 4.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, e n.º 6 do art.º 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, todos na sua última redação.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

JOSÉ FERNANDO CORREIA fez a seguinte Declaração de Voto:" O grupo municipal do Partido Socialista analisou o tema da concessão do serviço do fornecimento de água e o aditamento ao contrato agora proposto com o sentido de responsabilidade que procura colocar em toda a sua atuação.-----

O Partido Socialista não tem uma posição de princípio contra a concessão a privados de serviços essenciais à condição de serem mantidos os necessários equilíbrios entre a qualidade e o preço do serviço, bem como a proteção aos mais necessitados. Essa foi a orientação que foi aplicada nos momentos em que executivos municipais de maioria Partido Socialista conduziram os processos de revisão do contrato de concessão que aqui está em questão. Foi nessa linha que surgiram as tarifas sociais e a oferta, aos residentes, dos três primeiros metros cúbicos de consumo.-----

O grupo municipal do Partido Socialista compreende que, em face da decisão da Câmara relativa à tarifa de 2023, qualquer decisão que não passasse pela prorrogação do contrato seria extremamente onerosa para o erário público e/ou desembocaria em litigância pesada, prejudicando a relação que se pretende fluída entre concedente e concessionário. A fluidez dessa relação é, a nosso ver, importante, mesmo se os contratantes defendam interesses diferentes e porventura até antagónicos.-----

O Partido Socialista nunca se manifestou no passado pelo resgate da concessão e acompanha certos aspetos que estão vertidos nesta nova proposta. Esses aspetos respeitam, sobretudo, ao elenco de investimentos a realizar (embora, a nosso ver, haja questões a aclarar nesse domínio), ao aumento da renda a pagar ao concedente e às preocupações que são expressas relativamente às questões de eficiência energética, consumo racional da água e redução de perdas.-----

Todavia, há um elemento do aditamento agora proposto que nos suscita dúvidas e que o debate aqui havido não permitiu esclarecer.-----

A nosso ver, a solução que está proposta pode violar uma disposição do Código dos Contratos Públicos, o n.º 6 do art.º 282.º, na medida que o aditamento coloca, tanto quanto é possível compreender, o concessionário numa posição mais favorável



do que aquela que teria sem aditamento. Por outras palavras, a prorrogação do contrato de concessão mais do que compensa o concessionário pela perda em que incorreu pela não atualização do tarifário.-----

Esta questão é de grande importância e será, por certo, analisada pelo Tribunal de Contas no processo de concessão de visto prévio, mas coloca, a confirmar-se, a questão de poder ser aprofundada a negociação com a obtenção de ganhos adicionais para os consumidores e, genericamente, para o interesse público municipal.-----

Vistos e ponderados os argumentos anteriores, o sentido de voto do grupo municipal do Partido Socialista é de abstenção."-----

PEDRO MIGUEL JORGE fez a seguinte Declaração de Voto: "A água é um bem cada vez mais escasso a nível global, sendo como tal necessário fazer dela um uso o mais otimizado possível, numa gestão que evite o desperdício e a sua má utilização. Ora, por princípio, somos a favor de uma gestão pública de bens essenciais para a vida humana como a água o é, como é também a energia nas suas diversas formas, entre outros bens e serviços igualmente essenciais.-----

Tem sido prática desde há alguns anos os Municípios recorrerem à gestão privada da água, como é o caso da Figueira da Foz desde 1999. Os argumentos são conhecidos: melhor gestão global e dos riscos associados, a concorrência que promove a melhoria dos serviços e baixa de custos, etc. O que depois nunca se faz é uma análise cuidada sobre como poderia um modelo público de gestão ser eventualmente mais benéfico para todo o funcionamento do Município, nomeadamente através da redução de custos para os utilizadores. Em suma: não me conformo com a frase do costume, tão criticamente reproduzida, de que o público não sabe gerir.-----

Nos últimos anos houve mesmo alguns Municípios, um pouco por todo o país, que decidiram reverter as concessões deste serviço, sendo que de forma generalizada a gestão pública baixou os preços dos consumidores, sobretudo os domésticos, enquanto outros houve, como em Barcelos, em que o processo teve tantos desenvolvimentos que acabou na extensão do prazo até 2054 e 18 milhões de euros de indemnização a pagar pelo Município à Água de Barcelos.-----

Felizmente, nada disso se passa na Figueira da Foz, que é o que nos traz a este ponto. E reconheço que a negociação realizada traz vantagens financeiras relevantes ao Município e que conseguiu mesmo reduzir custos para os consumidores domésticos; que teve em conta que a concessionária beneficiou de investimentos do Município relativos à eficiência energética e a estruturas de saneamento no Parque Industrial; sei ainda dos custos de 20 milhões de euros que uma reversão custaria



neste momento ao Município.-----
Mas aditar o Contrato de Concessão até 2042 é algo que extravasa em muito o tempo que me parece razoável para avaliar da sua relevância para o interesse público, além de que o argumento do custo da reversão se manterá sempre, eventualmente com tendência a aumentar com o passar dos anos, num processo que torna muito difícil e muito caro voltar a ter água sob gestão municipal. A mim isto parece-me ter uma posição negocial enfraquecida logo à partida, mas compreendo, com toda a responsabilidade, que uma reversão deverá ser bem negociada a fim de não prejudicar ainda mais os bens públicos, muito mais a gestão da água. A título de exemplo: alguma vez se pensou fazer um aditamento que negoceie um tempo mais curto, como cinco ou dez anos, a fim de dar tempo de fazer uma reversão mais consentânea com o interesse público? Teria outro tipo de custos, como é óbvio, para a concessionária e o investimento que faz, mas talvez fosse mais ajustado aos tempos dos ciclos políticos - sobretudo seria mais proveitoso à capacidade de negociação do Município.-----

Enfim, voto contra este ponto por considerar que a gestão da água é fundamental para o bem-estar das populações, e que, como bem essencial, deve estar sob a alçada da gestão pública, bem como por a extensão do contrato ser feita com base num tempo demasiado dilatado.”-----

5.3 - 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2024

Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2024, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número três à presente ata.-----
Esta revisão tem subjacente a anulação dos montantes de 7.749.060,00 € e 7.749.059,00 inscritos no Orçamento de 2024, respetivamente, nas rubricas «08.01.99.99 - Outras Receitas Correntes - Diversas», destinada a financiar despesa corrente, e «13.01.99 - Outras Receitas de Capital - Outras» aplicado em despesa de capital; a inscrição do saldo de gerência apurado, no valor de 16.936.018,42 € na rubrica «16.01.01 - Saldo da Gerência Anterior - Saldo Orçamental - Na posse do serviço»; a inscrição das ações «Requalificação do Coreto de São Pedro», «Conversão do Complexo Molinológico dos Moínhos da Gândara em Centro Interpretativo - Equipamento Informático», «Mosteiro de Santa Maria de Seiça - Arranjos, beneficiação e/ou remodelações - Por empreitada», «Mosteiro de Santa Maria de Seiça - Arranjos, beneficiação e/ou remodelações - Outros trabalhos e/ou



fornecimentos», «Estacionamento da 2.ª Travessa da Rua Dr. Luis Carriço e Praceta Dr. Nogueira de Carvalho – Freguesia de Buarcos e São Julião»; os ajustamentos das rubricas de Despesas com o Pessoal, e da plurianualidade da ação «Licenciamento de Software de Datacenter e Produtividade»; bem como o reforço da dotação inscrita na ação «Programa Municipal de Arrendamento Bonificado (T. Verba)», e da dotação inscrita na rubrica «Transferências Correntes – Famílias – Outra».-----

Esta 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2024 foi votada favoravelmente em reunião de Câmara de 16 de fevereiro de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “É uma espécie de desabafo.-----

É sobejamente conhecida a posição da Coligação Democrática Unitária em relação à transferência de competências da administração central para as autarquias.-----

Muitas das verbas aqui mobilizadas nesta 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento têm a ver exatamente com essa transferência de competências, nomeadamente nos domínios da Educação e da Saúde.-----

E continuo a pensar que esta transferência de competências colocará os municípios, mais cedo ou mais tarde, em grandes dificuldades económicas, como ver aliás, já é possível ver pela confrontação destes mapas.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Ricardo Manuel Santos.

RICARDO MANUEL SANTOS: “Há pouco, estávamos a falar naquela questão das Unidades Locais de Saúde e é importante referir que nós Presidentes de Junta e eu particularmente estamos muito expectantes em relação a esta questão da Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego e saber o que vai acontecer.-----

Estamos na expectativa de ser contactados para que o problema se resolva, porque sabemos ser preciso fazer mais e melhor e no terreno ainda não se notaram grandes diferenças.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Victor Santos Madaleno, Clarisse Silva Oliveira, Fernando Martins Lopes e Rui Pinto Ferreira, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, e do Partido Social Democrata, Paulo Martinho Pinto, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com



quinze votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira e do Partido Social Democrata, vinte abstenções dos membros do Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, e sem votos contra, aprovar a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2024, visando a anulação dos montantes de 7.749.060,00 € e 7.749.059,00 inscritos no Orçamento de 2024, respetivamente, nas rubricas «08.01.99.99 – Outras Receitas Correntes – Diversas», destinada a financiar despesa corrente, e «13.01.99 – Outras Receitas de Capital – Outras» aplicado em despesa de capital; a inscrição do saldo de gerência apurado, no valor de 16.936.018,42 € na rubrica «16.01.01 – Saldo da Gerência Anterior – Saldo Orçamental – Na posse do serviço»; a inscrição das ações «Requalificação do Coreto de São Pedro», «Conversão do Complexo Molinológico dos Moínhos da Gândara em Centro Interpretativo – Equipamento Informático», «Mosteiro de Santa Maria de Seiça – Arranjos, beneficiação e/ou remodelações – Por empreitada», «Mosteiro de Santa Maria de Seiça – Arranjos, beneficiação e/ou remodelações – Outros trabalhos e/ou fornecimentos», «Estacionamento da 2.ª Travessa da Rua Dr. Luis Carriço e Praceta Dr. Nogueira de Carvalho – Freguesia de Buarcos e São Julião»; os ajustamentos das rubricas de Despesas com o Pessoal, e da plurianualidade da ação «Licenciamento de Software de Datacenter e Produtividade»; bem como o reforço da dotação inscrita na ação «Programa Municipal de Arrendamento Bonificado (T. Verba)», e da dotação inscrita na rubrica «Transferências Correntes – Famílias – Outra».-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.4 – APROVAÇÃO DAS COBERTURAS, CAPITAIS SEGUROS E GARANTIAS DO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS – AUTARCAS, PARA OS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA INCLUSÃO NO PRÓXIMO PROCEDIMENTO DE AQUISIÇÃO DE SEGUROS MUNICIPAIS

Pelo Presidente da Câmara foi presente para aprovação o valor das coberturas, capitais, seguros e garantias do seguro de acidentes pessoais dos membros da Assembleia Municipal, permitindo, desse modo, a sua integração na proposta de abertura do procedimento de aquisição global de seguros para o Município da Figueira da Foz, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista,



Victor Santos Madaleno, Clarisse Silva Oliveira, Fernando Martins Lopes e Rui Pinto Ferreira, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, ao abrigo do disposto no art.º 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, aprovar as coberturas, capitais seguros e garantias para os membros da Assembleia Municipal, fixando-os como valores do seguro de acidentes pessoais dos membros deste órgão deliberativo.---

Deliberação aprovada em minuta. -----

5.5 - APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA CONSULTA PÚBLICA E APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL DA PROPOSTA DE PLANO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA/PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL E CLIMA (PMAC/PAESC) DA FIGUEIRA DA FOZ

Pelo Presidente da Câmara foi presente a versão final do Plano Municipal de Ação Climática/Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PMAC/PAESC) da Figueira da Foz, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo os anexos números cinco e seis à presente ata.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 16 de fevereiro de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Victor Santos Madaleno, Clarisse Silva Oliveira, Fernando Martins Lopes, Rui Pinto Ferreira e Ricardo Manuel Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do n.º 2 do art.º 14.º da Lei n.º 98/2021 de 31 de dezembro e alínea h) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, uma abstenção do membro da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar o Plano Municipal de Ação Climática/Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PMAC/PAESC) da Figueira da Foz.-----

Deliberação aprovada em minuta. -----



5.6 - 3.ª CORREÇÃO MATERIAL DA 1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Pelo Presidente da Câmara foi presente o processo relativo à 3.ª Correção Material da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

Esta correção incide sobre duas situações distintas, sendo que a correção dos erros em causa possui enquadramento na alínea a) do n.º 1 do artigo 122.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atualizada.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 02 de fevereiro de 2024, sendo agora remetido à Assembleia Municipal, órgão competente pela aprovação do Plano Diretor Municipal, para conhecimento.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Isabel César Pereira, Victor Santos Madaleno, Clarisse Silva Oliveira, Fernando Martins Lopes, Rui Pinto Ferreira e Ricardo Manuel Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, ao abrigo das disposições emergentes dos n.ºs 2 e 3º do art.º 122.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua última redação, tomou conhecimento da 3.ª Correção Material da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, que incide sobre duas situações distintas que possuem enquadramento no n.º 1 do artigo 122.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua última redação.-----

5.7 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DAS AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS GENÉRICAS CONCEDIDAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 15 DE DEZEMBRO DE 2022 E 22 DE DEZEMBRO DE 2023 - PARA CONHECIMENTO

Pelo Serviço de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 29 de janeiro de 2024, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida pelas deliberações da Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2022 e 22 de dezembro de 2023, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número oito à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 02 de fevereiro



de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à aprovação da ata em minuta.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Isabel César Pereira, Victor Santos Madaleno, Clarisse Silva Oliveira, Fernando Martins Lopes, Rui Pinto Ferreira e Ricardo Manuel Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua última redação, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida pelas deliberações da Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2022 e 22 de dezembro de 2023.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Concluída a nossa Ordem de Trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Isabel César Pereira, Victor Santos Madaleno, Clarisse Silva Oliveira, Fernando Martins Lopes, Rui Pinto Ferreira e Ricardo Manuel Santos, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezoito horas e quarenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----